

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Gregório Durlo Grisa**

***AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS: UMA ANÁLISE DO  
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO***

**Porto Alegre**

**2009**

**Gregório Durlo Grisa**

***AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS: UMA ANÁLISE DO  
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Marlene Ribeiro

**Porto Alegre**

**2009**

**DICIONÁRIO DE SIGLAS:**

CAAPAA - Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

COMGRADE – Comissão de Graduação

COPERSE – Comissão Permanente de Seleção

CONSUN - Conselho Universitário

DCE - Diretório Central dos Estudantes

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FAURGS - Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAG - Programa de Apoio à Graduação

PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAE – Secretaria de Assistência Estudantil

STF - Supremo Tribunal Federal

TAES - Técnicos em Assuntos Educacionais

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

## **Agradecimentos:**

Agradeço a minha família que garantiu minha ida e permanência em Porto Alegre para cursar o mestrado e, além disso, dividiu comigo os estudos e os aperfeiçoamentos da dissertação. Aos meus colegas e professores da linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação pelo incentivo e apoio.

Sou grato a minha companheira Anna Luiza por ter estado ao meu lado em toda essa jornada de estudos. E, fundamentalmente, a minha orientadora Marlene Ribeiro que, além da orientação e ajuda, ensinou-me coisas para a vida toda como grande ser humano que é. Agradeço a CAPES pela bolsa de auxílio na maior parte do ano de 2009.

*“Que seria deste mundo sem militantes? Como seria a condição humana se não houvesse militantes? Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super homens e não se equivoquem. Não é isso. É que os militantes não vêm para buscar o seu, vêm entregar a alma por um punhado de sonhos. Ao fim e ao cabo, o progresso da condição humana depende fundamentalmente que exista gente que se sinta feliz em gastar sua vida ao serviço do progresso humano. Ser militante não é carregar uma cruz de sacrifício. É viver a glória interior de lutar pela liberdade em seu sentido transcendente”.*

**Pepe Mujica**

## **RESUMO**

O presente trabalho disserta sobre as políticas afirmativas de recorte racial nas universidades. Para desenvolver o tema, são discutidos os aspectos históricos do racismo brasileiro, suas características subjetivas, ou seja, a construção cultural do racismo com base nas ciências e nos costumes marcados pela visível hierarquia social. E também suas características objetivas, que seriam as privações concretas que o povo negro sofre durante séculos, violências de todos os tipos, justificadas, inclusive, no âmbito legal. Há ainda uma argumentação favorável à adoção de ações afirmativas de recorte racial nas universidades brasileiras. Através de relatos de reuniões das comissões relacionadas às ações afirmativas da UFRGS, trazemos dados gerais que dizem respeito ao universo do processo seletivo do vestibular, comparando dados dos anos em que a política vigora com os anteriores nessa instituição. As categorias analíticas que percorrem o trabalho são a de classes sociais, racismo, biopoder e ações afirmativas.

**Palavras-chave: ações afirmativas, racismo e universidade.**

## **ABSTRACT**

The present work talks about affirmative actions of racial character in universities. To develop the subject, are discussed the historical aspects of brazilian racism, its subjective characteristics, that is, the cultural construction of racism based on science and customs marked by visible social hierarchy. And their objective characteristics, that would be the concrete deprivations that black community suffer for centuries, all kinds of violence, justified, including within the framework of the law. There is also an argument in favor of the adoption of affirmative action for racial in brazilian universities. Through the reports of committee meetings related to affirmative action from UFRGS, we present general data that refer to the population of vestibular selection process, comparing data from the years that the affirmative policies were applied and the years previous in this institution. The analytical categories that run the job are the social class, racism, affirmative action and biopower.

**Key words: affirmative actions, racism, university**

## Sumário:

<b>Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>1. Bases teórico-metodológicas da pesquisa</b>	
1.1 Conceito de Classe Social.....	12
1.2 Biopoder e o Racismo.....	18
<b>2. Raça e Estado</b>	
2.1 Critério racial - um argumento histórico.....	23
2.1 Critério racial - um argumento contemporâneo.....	29
<b>3. Políticas de Ações afirmativas.....</b>	<b>34</b>
3.1 Ações afirmativas na UFRGS.....	47
<b>4. Relato das Comissões vinculadas às ações afirmativas</b>	
4.1 Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS (CAAPAA).....	54
4.1.1- Segundo semestre de 2009.....	62
4.2 - Relato da reunião da CAAPAA com o Fórum de Graduação.....	68
4.3 - Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas.....	74
<b>5. Algumas conclusões.....</b>	<b>84</b>
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>91</b>
<b>7. Anexos.....</b>	<b>94</b>

## 1. Introdução

O presente trabalho se divide em quatro capítulos, apresentando, ao final, algumas conclusões. Na Introdução, são apresentadas todas as transformações que a pesquisa teve a partir da defesa do projeto de qualificação; no primeiro capítulo, esboçamos as categorias de análise do trabalho, ou seja, classes sociais, biopoder e racismo. No segundo capítulo, construímos um debate teórico acerca das relações entre o sujeito racializado e o Estado, fazendo a defesa do critério racial na organização de políticas públicas.

Essa defesa é feita por dois caminhos, o primeiro traz uma argumentação histórica e o segundo, a problematização contemporânea. O terceiro capítulo é dedicado ao debate sobre as ações afirmativas na universidade, mais especificamente, as reservas de vagas ou cotas. No fim desse capítulo, dedicamos especial atenção ao nosso fenômeno de pesquisa: as cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo é composto por relatos de reuniões de duas comissões da universidade relacionadas às ações afirmativas, a CAAPAA (Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativa da UFRGS) e uma comissão anexa a essa, que é a Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Esses relatos são fruto da nossa participação em ambas as comissões, na primeira, como colaborador e, na segunda, como membro discente da pós-graduação. Apresentamos, ao final, algumas conclusões nas quais, além de interpretarmos alguns elementos do trabalho, trazemos relatos de outras atividades vinculadas a nossa temática, para retomarmos o tema, a fim de elucidar a problemática e o objetivo central da pesquisa.

Toda pesquisa nas ciências sociais envolve a realidade objetiva que é dinâmica. Se tanto a pesquisa, quanto a realidade mudam, no nosso caso, não foi diferente. Logo que apresentamos o projeto de dissertação de mestrado para avaliação da banca examinadora, tínhamos a idéia de relacionar os movimentos sociais populares com a

universidade. A materialização dessa idéia seria a relação entre o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e o programa de ações afirmativas implantado na UFRGS em 2007.

Entretanto, ocorreram dois movimentos que mudaram essencialmente a parte prática da pesquisa. O primeiro refere-se ao MTD. Estávamos com certa dificuldade de manter um contato mais sistemático com este Movimento e, quando conseguimos alguém que nos acompanhasse, quase às vésperas da defesa do projeto ocorreu um fatídico acidente que vitimou o companheiro Osmar Ferreira, uma das lideranças estaduais do MTD, que faria o papel de mediação entre nós e o MTD. Esse triste fato não só criou mais um entrave à realização da pesquisa, como e, principalmente, debilitou o MTD e seus vínculos com Universidade.

O segundo movimento foi a defesa do projeto. Frente à realidade colocada acima e com pouco tempo para realizar o trabalho, os professores da banca sugeriram que limitássemos mais a empiria da pesquisa, remetendo-a aos espaços da universidade, aos sujeitos que vivenciaram as lutas pela implantação das cotas na UFRGS e, também, àqueles que participam do processo de desenvolvimento atual da política de cotas. Isso, não deixando de lado a discussão teórica da dialética raça-classe, as questões do racismo, do Estado e dos direitos sociais.

Não foi só esse argumento que fez com que dirigíssemos nosso olhar para a política de ações afirmativas. Em sua fala, na banca, o professor José Carlos dos Anjos alertou-nos sobre a possibilidade de cairmos em uma superposição de problemáticas de pesquisa ao relacionar sujeitos do MTD com a política de cotas, pois são universos distintos e poderíamos exercer uma violência simbólica além obter resultados não muito promissores. Embora ambos sejam espaços de conflitos interessantes para pensar a dialética raça-classe, tentar relacioná-los em um espaço de tempo curto não parecia uma proposta que teríamos fôlego para assumir.

A professora Carmen Machado, em sua arguição na banca, também chamou atenção para o fato de que, talvez, naquele momento, levar ao MTD uma pesquisa tratando das relações raciais, o que não é a centralidade do Movimento, poderia criar mais um problema para seus militantes que estavam em um processo de reorganização estratégica no estado do Rio Grande do Sul. Por essas razões, por hora, nos debruçaremos, para construir a dissertação, nas relações que estão acontecendo na

universidade e que envolvem militantes sociais que participam do processo de implantação e acompanhamento do programa de ações afirmativas na UFRGS.

Foi-nos sugerido entrar em contato com um grupo de jovens que formaram o Levante da Juventude, grupo protagonista na luta pela implantação das cotas, organizador das manifestações na reitoria e da ocupação da mesma em dias de maior tensão. No entanto, essas pessoas, pelo menos às que tivemos acesso, estão em atividades diversas; o grupo, de um modo geral, se dispersou e o que poderíamos buscar a partir daí, seriam memórias do que aconteceu, então resolvemos priorizar o conhecimento sobre como está se dando o estágio atual do processo de implementação e manutenção da política de ações afirmativas na UFRGS.

Para isso, estamos participando das reuniões da CAAPAA (Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativa da UFRGS) e, em meio aos debates e às tensões, vamos procurar relacionar essas experiências, ao descrevê-las, com o nosso caminhar teórico, com nossos estudos para aperfeiçoar e melhor entender as categorias analíticas e os conceitos que estamos utilizando. Nessa comissão de acompanhamento, estão presentes funcionários administrativos da universidade e professores com um histórico de militância no movimento negro e com compromisso social reconhecido e, por isso, esse espaço é fértil para pensarmos as relações raciais e de classe na universidade.

O exercício de descrever as reuniões e ações da CAAPAA será feito com a ajuda das pessoas que também acompanham esse processo como colaboradores; isso servirá de pano de fundo para tentar entender até que ponto a universidade se relaciona com os sujeitos negros e sujeitos das classes populares, haja vista que esses passam a ser partícipes de sua dinâmica. Uma das representantes discentes da comissão fez parte do grupo Levante da Juventude e também atua no projeto Conexões e Saberes da UFRGS. Assim, estou procurando constituir relações que me permitam ter contato direto com a experiência de sujeitos que historicamente lutaram por questões sociais, pautados pela questão de classe e cuja vida política criou situações em que lutar por tais demandas passou a ser, também, uma briga de recorte racial.

Apesar de serem lutas que enfrentam diferentes noções de desigualdade, a classe - a exploração econômica - e a raça, além dessa, as discriminações raciais - ambas no Brasil, particularmente, estão interligadas. Até porque essa separação clássica é de caráter abstrato teórico e, por vezes, superficialmente sustentado. Leva-se em conta um

conceito de luta de classes marxista determinista, que encerra nessa luta a contradição entre trabalhadores e empregadores mediatizados pela exploração.

Há uma visível rejeição, em alguns espaços acadêmicos, com relação à utilização do conceito de classes sociais; esse tem sido considerado um ato de retardo ou algo ultrapassado. Entendemos que esse debate deva ser feito porque é mais oportuno do que nunca. Pretendemos deixar claro, no presente trabalho, por que defendemos a idéia de que o conceito de classe social é cada vez mais real em nossos dias.

É verdade que a sociedade está cada vez mais complexa, com suas organizações profundamente vinculadas à tecnologia abstrata, que a leitura das relações sociais, por mais simples que seja, se faz de modo cada vez mais elaborado. Todavia, apesar da constante movimentação do real, há, também, problemas humanos que são históricos e que perduram. Nossa sociedade não contempla todos os homens e mulheres há muito tempo; não há espaço para que todos usufruam material e espiritualmente de uma vida digna, pelo contrário, ainda vivemos em uma sociedade onde a maioria das pessoas não tem acesso aos bens materiais e imateriais que são produzidos socialmente.

Portanto, todo o aceleração tecnológica que invade nossa vida de uma maneira ou de outra, toda a relativização e fragilidade imposta ao mundo do trabalho e ao mundo das relações pessoais, como nos aponta Sigmund Bauman, em seu livro *O amor líquido*<sup>1</sup>, tudo isso não representa a mudança dos problemas básicos das pessoas. As configurações sociais, recheadas de desigualdades e de lutas por melhorias em inúmeras áreas, é uma tônica contemporânea. É nesse sentido que descartamos essa primeira rejeição cronológica em relação ao conceito de classe social, isto é, essa visão que o compreende como uma luva, que só pode ser usada pelo operário inglês do século XIX. Todavia, não somos ingênuos a ponto de transpor mecanicamente modelos teóricos de um tempo e de um espaço para o nosso contexto – o Brasil, no caso, o estado do Rio Grande do Sul, no século XXI.

---

<sup>1</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

## 1. Bases teórico-metodológicas da pesquisa

### 1.1 Conceito de Classe Social

Neste capítulo, assentam-se as bases teórico-metodológicas da pesquisa, começando pelo conceito classe social. Edward Palmer Thompson é o autor com o qual nos identificamos quando se trata do debate sobre as classes sociais. A reflexão elaborada por esse historiador britânico, além de ampliar e mexer na engrenagem da categoria tradicional da escola marxista mais ortodoxa, ainda agrega um conjunto de conceitos que revitalizam e drenam humanamente as categorias classes sociais e luta de classes. No exercício de crítica ao estruturalismo e tendo por base concreta sua militância política, Thompson desenvolve um conceito de classe social que privilegia a visão de processo histórico, de protagonismo do sujeito histórico. Seu conceito de classe trabalhadora apresenta o fazer-se da classe e o perceber-se como classe através das lutas históricas gerais e específicas.

Para que se compreenda melhor essa perspectiva de classe social, o autor inova ao trazer a categoria *experiência* como um conjunto de relações em que os seres humanos agem sobre e sofrem a ação da organização social através do qual se constrói a história humana. Nesse sentido, Thompson (1981, p.182) afirma que:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: experiência humana, (...) Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos – e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência social e sua cultura das mais complexas maneiras e, em seguida, agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Essa descoberta a que se refere o autor está diretamente ligada à vida cotidiana das pessoas e não se trata de individualizar as lutas ou de reduzir as grandes causas às percepções de cada um. E sim, de chamar a atenção para o fato de que são os seres humanos que materializam as idéias, que se movimentam e se organizam em busca de algum objetivo. Ao mesmo tempo, o capitalismo como “sistema” e sua ideologia não são entidades autônomas, mas são compostos por sujeitos sociais nas suas corporações econômicas e nos espaços políticos nos quais exercem o poder.

A passagem que vimos também nos mostra o quanto Thompson humaniza o conceito ao incrementá-lo e não só o faz com a experiência, mas também, com a dimensão de *cultura*, que é tão pouco trabalhada na escola marxista. No clássico prefácio de “A formação da classe operária inglesa”, o autor é categórico ao dizer que está convencido de que não se pode “entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles operam durante um considerável período histórico” (1987, p. 12). A reconceitualização de cultura aproxima a categoria classes sociais da antropologia e desmistifica a idéia de que, por Marx não ter usado tal nomenclatura, refletir sobre cultura seria algo que fugiria da tradição marxista.

A cultura, como a entendemos no presente trabalho, refere-se ao processo de complexificação e coletivização das experiências humanas, portanto, os conceitos trazidos por Thompson se complementam ou se encaixam, no intuito de compreender o fazer-se das classes sociais nos mais diversos espaços históricos. A cultura é um conjunto de experiências humanas que se relacionam e constituem valores, e esses são vividos concretamente e “surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias” (Op. cit., 1981, p.194).

Com isso, mostramos que não há incoerência filosófica nenhuma em defender o conceito de cultura como elemento essencial da categoria de classe social na perspectiva materialista histórica. Os conceitos de experiência e cultura, portanto, ajudam a oxigenar dialeticamente nosso olhar para o movimento do real que estamos pesquisando e com o qual estamos convivendo. Concordamos com o autor, quando esse diz que:

Verificamos que, com experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito de pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como

normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) nas artes ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na sociedade contemporânea, torna-se cada vez mais necessária essa aproximação entre a produção teórica e a vida cotidiana das pessoas, isto é, a teoria por dentro tem de se apresentar como uma reflexão que trate de coisas concretas; a teoria deve viver e não somente descrever a vida.

O avanço principal empreendido por Thompson é exatamente historicizar (por ofício) e humanizar o conceito de classe social, ao nos dizer que a classe ocorre quando os sujeitos sociais sentem e se organizam segundo seus interesses, isso tudo permeado pela experiência. E essa experiência de classe é condicionada, em grande escala, pelas relações de produção em que os seres humanos estão imersos, e a consciência de classe é a maneira como essas experiências são vivenciadas e/ou tratadas em termos culturais. E se a experiência aparece como determinada, o mesmo não acontece com a consciência de classe, segundo Thompson. (1987, p.10).

Por ser algo vivo e dinâmico, o entendimento das classes sociais não pode cair em formatos classificatórios ou em termos quantitativos; somos partidários da idéia de que as lutas sociais precedem as classes sociais. É no fazer-se das atividades intelectuais, políticas e de combate que se constrói a configuração das classes sociais em determinado período histórico. Isso é lembrado de modo muito claro por Thompson no seu livro “Tradición, revuelta y conciencia de clase”, no qual afirma que:

Na realidade, luta de classes é um conceito prévio, assim como muito mais universal. Para expressar claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e passam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção); experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados); identificam os pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por essas questões e no processo de lutas se descobrem como classe, e levam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo real histórico. (1979, p. 37)<sup>2</sup>.

---

2 Tradução livre feita pelo autor da dissertação.

Essa ênfase que o autor dá ao sujeito histórico como personagem de lutas e experiências as quais desencadeiam a constituição das classes sociais não é apenas no intuito de definir “cronologicamente” o que vem primeiro, a luta de classes ou as classes sociais. Mas sim, para reforçar a idéia de que é na experiência e no refletir sobre ela que os seres humanos se descobrem como sujeitos potenciais, e seus coletivos, como classes sociais. É com esse olhar sobre o fenômeno e a correspondente categoria classes sociais que conduzimos nossa pesquisa; esse referencial teórico clássico irá ganhar a companhia de alguns autores contemporâneos que contextualizam, dentro da realidade brasileira e latino-americana, o conceito de classes sociais.

Um desses autores é Mauro Luis Iasi que, em seu livro “Ensaio sobre Consciência e Emancipação”, desenvolve uma reflexão acerca do conceito de classe em Marx, que nos parece trazer uma interpretação muito fecunda. Ao analisar a maneira como Marx desenvolveu seus conceitos, Iasi rebate as críticas, até certo ponto simplistas, de que Marx não teria produzido um conceito de classe e que o existente seria bastante frágil.

Mas o que nos interessa, nesse momento, é a contribuição que o autor nos traz ao afirmar que o conceito de classes sociais, de Marx, está no conjunto de sua obra e transcende as determinações econômicas com as quais o conceito ficou atrelado historicamente. Fazendo referência ao texto “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, de Marx, por exemplo, Iasi (2007, p. 108) afirma que:

Marx chega a definir os diferentes grupos atuantes naquela intrincada conjuntura muito mais decisivamente pela ação que desempenham e pelas concepções de mundo que representam, do que mesmo pela sua posição no interior das relações sociais ou diante da propriedade. Não que essa dimensão tenha deixado de atuar, mas que, limitando-se a essa determinação, seria impossível desvendar a trama dos acontecimentos. Isso significa dizer que para Marx a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam, são fatores de seu caráter.

Isso aproxima de modo significativo o conceito de Marx daquele que Thompson inova, como vimos. É nesse sentido que estamos tentando construir essa fusão conceitual para darmos os contornos do que compreendemos que seja classe social. Outra dimensão que Iasi destaca é a das classes como sujeitos sociais. Segundo ele,

“Marx vê as classes como sujeitos sociais das alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade.” (2007, p. 110).

Entender as classes sociais como sujeitos político-coletivos de transformação social carrega a responsabilidade de explicarmos como compreendemos a formação dessas classes. E essa necessidade nos fez buscar Thompson e sua abordagem minuciosa, detalhada e antropológica. Portanto, além de trazermos os determinantes estruturais para se construir o conceito de classe social, queremos também dar comum importância às relações cotidianas, às experiências e aos aspectos culturais que também compõem tal conceito.

Classe social pode ser definida, segundo Iasi por: 1- sua posição diante da propriedade ou não dos meios de produção; 2- pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi tido como único); 3- pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe e 4- pela ação concreta das classes no interior de uma determinada formação material que é histórica. Temos aí quatro dimensões, nas quais Marx trabalhou tal conceito no decorrer de sua produção intelectual – a propriedade dos meios de produção, a posição, a consciência e a ação de classe.

Entendemos que essas dimensões estão dialeticamente relacionadas e que cada uma é dotada de elementos extremamente complexos, todavia, todas as dimensões são interpretações ou avaliações que podem ser feitas de classes ou grupos sociais já formados e, até mesmo, organizados. Gostaríamos de refrisar que, antes mesmo de existirem como coletivos ativos ou não, as classes existem no fazer-se, ao lutar, até mesmo de modo difuso e é no conjunto de interesses e de experiências que vão se constituindo as classes sociais.

Segundo o referencial que viemos usando de Thompson, as classes sociais se fazem na luta e para essa luta ou para esse *se fazer* não existem receitas e nem demandas conclusivas e específicas. Luta de classes não necessariamente se refere à luta por salário, por posse de terra, por bens e contra a exploração material concreta, também contempla a luta por direitos sociais, conquistas culturais, contra discriminações e desigualdades, sejam elas concretas ou simbólicas.

Para organizar um grupo social, para reivindicar algo, lutar por alguma coisa, para uma classe social se constituir como processo de existência, é necessário o desenvolvimento de uma consciência social, portanto, a consciência social é parte constituinte do conceito de classe social. A consciência social é o conjunto de opiniões, estratégias, a ideologia de determinado grupo social, se essa consciência é parte do fenômeno classe social, lutar contra uma consciência antagônica é parte também da luta de classes.

Se entendermos, numa concepção simplificada, o racismo como uma ideologia<sup>3</sup>, construída historicamente pelas classes brancas dominantes e, se encararmos essa ideologia, em determinado momento histórico, como um estágio específico de desenvolvimento da sociedade, como a ideologia antagônica, lutar contra essa ideologia e a materialização dela é também fazer uma luta classista. Portanto, a luta contra a discriminação racial e pelos direitos do povo negro pode-se afirmar, por essa lógica de Thompson, que também é uma luta de classes.

Embora um tanto audacioso esse raciocínio, desenvolveu-se na angústia de avançar em relação à visão positivista do marxismo e do conceito de classes sociais que perdura com muita força no mundo acadêmico, nas formações políticas dos movimentos sociais e partidos. Não se quer aqui, de modo algum, enquadrar as lutas específicas em uma matriz de classe que estaria acima das outras; pelo contrário, o intuito é o de interligar, do ponto de vista teórico, o que, na realidade objetiva, já é fundido, como o ocorrido no Levante da Juventude que, lutando historicamente por demandas sociais, em suas práticas, deparou-se com o fenômeno dialético da realidade que tornou essas demandas sociais, demandas também raciais.

Por outro lado, podemos fazer o seguinte exercício, partir da idéia de que as lutas travadas pelo movimento negro brasileiro, que vêm levantando demandas relacionadas aos direitos do povo negro há décadas, são também lutas de classe, pois são lutas por espaço no mercado de trabalho, por terra para viver ou por reconhecimento daquelas em que já vivem, por acesso ao ensino superior, por reconhecimento e valorização da sua história e identidade cultural.

---

<sup>3</sup> Entendemos aqui o conceito de ideologia na visão de Marx como nos diz Mauro Iasi (2002, pg. 95) em seu livro 'O dilema de Hamlet'; "O termo ideologia está em Marx inseparavelmente ligado à necessidade de esta consciência justificar determinada relação de dominação e, portanto, de velamento, inversão e naturalização de relações sociais que marcam o domínio de uma classe sobre outra".

A extração de mais-valia do trabalhador, que hoje se concretiza de modo cada vez mais complexo nas sociedades modernas, tem um antecedente que é a escravidão e sabe-se o significado desta para a formação do Estado brasileiro; o sujeito negro produtivo do período escravista foi a força que construiu o que hoje chamamos de nação. Porém, grande parte da população negra do Brasil não vive a extração da mais-valia porque não tem emprego, um grande contingente de sujeitos negros pobres está imerso no sub-trabalho, na informalidade ou na criminalidade. Esse cenário contemporâneo está desconectado das questões da escravidão e da reorganização produtiva do capital contemporâneo? E a luta contra a discriminação racial e as próprias características dessa discriminação não tem nada a ver com a situação socioeconômica do negro hoje?

No parecer de avaliação do nosso projeto, apresentado por José Carlos dos Anjos, o professor chamara a atenção para que ficássemos prevenidos em relação a uma possível confusão entre os mecanismos da luta de classes e da fabricação de raças, pois não são os mesmos. “As denúncias não são as mesmas; raça não denuncia a extração contratual da mais valia, mas sim, a desconsideração, a suspeita e a extorsão fisicamente violenta”<sup>4</sup>. Essa distinção deve sempre ficar definida, por conseguinte, é na busca da superação desse olhar tradicional sobre a dimensão de classe, esse que só vincula o conceito a fenômenos econômicos, que fizemos os esforços acima para complementar tal compreensão, apoiados em Thompson e Iasi.

## **1.2 Biopoder e o Racismo**

Além desse olhar em relação à questão macro-estrutural, que envolve o racismo e a divisão social do trabalho, também vamos privilegiar, na pesquisa, a análise das relações de poder, que envolvem os sujeitos de direito e o Estado, assim como as relações de poder de caráter subjetivo que imprimem nos sujeitos caracterizações e identidades.

Para esse debate, trouxemos para o diálogo os conceitos de racismo e biopoder em Michel Foucault; este autor, em uma de suas aulas do livro “Em Defesa da Sociedade”,

---

<sup>4</sup> Retirado do parecer emitido pelo professor José Carlos Gomes dos Anjos sobre o projeto de pesquisa “A Importância das relações raciais na luta do MTD e o potencial revolucionário das cotas: Um estudo de caso”. Projeto de dissertação de mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 05/05/2009, por Gregório Durlo Grisa.

ao desenvolver o conceito de biopoder, problematiza a temática do racismo como instrumento de legitimação do Estado. Foucault dá uma dimensão vasta ao conceito de racismo, tendo como realidade concreta de análise a Segunda Guerra Mundial e o massacre de judeus e ciganos, promovido pelo nazismo. O autor afirma, e também assim entendemos, que o racismo transcende a uma discriminação linguística para com etnias diferentes ou grupos sociais minoritários. Feito esse registro, queremos destacar que consideraremos seu olhar sobre o racismo ao contextualizá-lo para o Brasil e, mais especificamente, para o povo negro que é a camada da sociedade que mais sofre os efeitos do “mecanismo de biopoder” e é o grupo social que será o cerne da nossa pesquisa.

Por biopoder entende-se um sistema de poder exercido pelo Estado, em que este tem o poder sobre a vida das pessoas, em que decide quem pode viver e quem pode morrer. E quando se baliza a organização da sociedade, não em aspectos sociais de distribuição dos seres humanos, mas sim, em aspectos biológicos de destruição/manutenção da vida dos seres humanos, deve-se ter um mecanismo de justificação compatível com essa lógica. Tal mecanismo é o racismo para Foucault (2000, p. 304.) o qual afirma:

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental de poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e, em certas condições, não passe pelo racismo.

Essa divisão da sociedade em aspectos raciais é sustentada por essa lógica do biopoder através do racismo, que é o meio de introduzir, nesse controle da vida, um corte que determina o que deve viver e o que pode ou deve morrer pelo critério da raça. Assim como nos tempos de colonização, esse critério foi central na divisão social do trabalho e na distribuição do poder, hoje ele se mantém vivo como um biopoder incorporado pelo Estado moderno, pois o racismo é anterior, mas é exercido de modo diferente na contemporaneidade.

Ao falar desse processo de desenvolvimento do racismo, Foucault (2000, p. 304) afirma que:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores; tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.

Esse quadro que se impõe à nossa realidade social, esse caráter de poder sobre a vida das pessoas é profundamente perceptível nas notícias do cotidiano, em que a morte é encarada de modo distinto quando é de uma menina branca de classe média alta ou quando é de uma moça negra moradora de alguma favela metropolitana. A raça, o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar ou de proteger a vida numa sociedade de normalização (Op. cit. p. 306). O biopoder constitui o conteúdo dos valores de uma sociedade, o descaso com a vida, o individualismo em sua plenitude. A banalização da violência e da miséria são reflexos do exercício desse poder sobre a vida em que a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que este funcione no modo do biopoder pelo racismo (Op. cit, p. 306).

Portanto, o racismo não é somente o repúdio ou a raiva por outra etnia, sentimento esse expressado por alguém ou alguma seita identificada com determinada ideologia; não é somente um discurso imerso na cultura e folclore de sarcasmo e humor de um povo. Foucault sintetiza o quão profundo é o racismo em sua concepção e propõe que esse transcende a dimensão de uma ideologia “superestrutural”.

Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico as hostilidades que estariam voltadas para (eles) ou agitariam o corpo social. Eu creio que é muito mais profundo do que uma velha tradição, muito mais profundo do que uma nova ideologia é outra coisa. A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano (FOUCAULT, 2000, p. 308, 309).

A passagem é extensa, porém necessária. Apesar de ficar claro de que lugar histórico o autor fala e que Estado está a criticar, seu conteúdo nos ajuda a desenvolver o que compreendemos por racismo. No exercício de analisar/contextualizar esse trecho, começamos afirmando que o racismo moderno brasileiro perpassa, sim, por uma herança histórica, que é ideológica, e parte de certa tradição, mas, também, vai além dessa herança.

Concordamos com a perspectiva de que o racismo está ligado ao modelo de poder delineado pelo Estado burguês e que as técnicas de exercer o poder são pautadas no biopoder e, por consequência, no racismo, seu mecanismo justificativo. A superação do racismo está intimamente ligada à superação desse Estado liberal, articulado ao modo de produção capitalista e sua consequente divisão social do trabalho. Esta superação supõe a luta de classes na perspectiva de um projeto popular de sociedade da qual não se tem um modelo prévio. Várias experiências, em nosso tempo, têm nos mostrado que a tomada do aparato estatal não é suficiente para a promoção de transformações substanciais.

Isso não significa que as lutas específicas e as inúmeras ações, de governo ou não, que existem no combate ao racismo, como as ações afirmativas, devam ser deixadas em um plano menos importante. Pelo contrário, entendemos que, imerso a essas experiências, está um núcleo de resistência e de luta fundamental. Nesse sentido, é que nosso trabalho vem discutindo sobre as cotas sociais e raciais e seu significado, delimitando, principalmente, para o caso da UFRGS. Essa reflexão que fixamos estará permanentemente vinculada com a possibilidade de as cotas se tornarem mais um mecanismo de luta social e de aperfeiçoamento da mesma. A ocupação do espaço acadêmico por parte dos sujeitos sociais que travam sua luta nos mais diferentes movimentos sociais populares é um fato político e sociológico importante.

No decorrer da dissertação, seguiremos nos pautando por tais conceitos de Foucault, mas traremos a contribuição de Giorgio Agamben que, no núcleo de suas problematizações, traz para a discussão os limites desses conceitos e ainda promove alguns avanços, principalmente, de contextualizações para a sociedade contemporânea.

Com o intuito de pensar qual o papel do Estado moderno frente a sua relação com a vida e seu poder de decisão sobre ela, Agamben (2002, p. 16) tem como protagonista de seu estudo o conceito de “vida nua”, isto é, vida matável ou desprovida de direitos. A idéia de vida nua, ou sujeito nu será melhor desenvolvida no decorrer da dissertação, e

a tensão que Agamben propõe com relação à produção de Foucault será parte da rotina teórica do trabalho.

No seu livro “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua”, Agamben (2002, p. 126) ainda dialoga com a obra de Hannah Arendt e seus estudos acerca dos estados totalitários e, somando-a aos estudos de Foucault, o autor os tem como “os dois estudiosos que pensaram talvez com mais acuidade o problema político do nosso tempo”. Na elaboração do seu conceito de vida nua, Agamben parte das produções desses grandes teóricos e problematiza os limites das mesmas.

Ainda no exercício de incrementar nosso referencial teórico, principalmente no que se refere aos aspectos de subjetivação e construção da identidade do sujeito negro, também iremos nos apoiar em estudiosos brasileiros que vêm desenvolvendo seus trabalhos na área. Especificamente sobre essa questão, destacamos o trabalho de Maria da Consolação André, intitulado “O ser negro – a construção de subjetividade em afro-brasileiros”. A autora discute o papel do negro na construção da cultura brasileira e o desenvolvimento identitário desse processo.

Outra referência importante e muito rica que estamos utilizando é a tese de doutorado de Laura Cecília Lopez, que tem como título “‘Que América Latina se sincere’: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone-Sul”. Esse trabalho, que foi defendido no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, em 2009, é extremamente atual e traz relatos muito bem descritos de como se deram os pré-debates, as mediações, a discussão entre a comunidade acadêmica e os movimentos sociais até a implantação do programa de ações afirmativas via votação do CONSUN (Conselho Superior Universitário) da UFRGS.

Esses relatos estão não só nos deixando a par de várias situações que ocorreram no decorrer dessa luta social, como também estão alimentando a própria empiria da nossa pesquisa, já que vários dos sujeitos outrora envolvidos e presentes em tal momento histórico hoje vivem outra realidade. A leitura da tese acima anunciada está sendo tão central no nosso trabalho que marcou a tomada de uma decisão importante, de certa forma, aqui já mencionada, qual seja a de privilegiar não mais o fato social histórico que foi a implantação das cotas da UFRGS, mas sim, como esse processo se encontra, qual o andamento avaliativo e de acompanhamento que tal programa tem e, principalmente, quais são as implicações políticas e educacionais que carrega.

Outros trabalhos que vêm sendo produzidos por colegas pesquisadores que tangenciam nossa temática estão sendo acessados como suporte e constarão nas referências bibliográficas. As pesquisas acerca da população negra brasileira, realizadas por pesquisadores negros ou brancos, estão crescendo no Brasil. Temos encontrado materiais de diferentes matizes teóricas, que estudam fenômenos semelhantes, ligados ao racismo e à discriminação, ou ao ingresso do negro no mercado de trabalho e no ensino superior.

Essa contextualização sobre como é construída a dissertação, sobre qual o foco da pesquisa e quais os referenciais centrais em que vamos nos apoiar é necessária, tendo em vista a radical mudança que ocorreu na defesa do projeto, no que se refere aos aspectos práticos do trabalho ou aos dados da pesquisa. Como teoria e prática não são ingredientes fragmentados de uma receita, sabemos que, quando a realidade estudada em um trabalho se modifica, os subsídios teóricos para entendê-la são outros. E aqui não me refiro aos aspectos metodológicos e nem a mudanças de matriz epistemológica, mas sim, de redirecionamentos conceituais que o movimento do real nos exige.

## **2. Raça e Estado**

### **2.1 - Critério racial - um argumento histórico.**

Para defendermos que o critério racial é passível de ser tomado como item prioritário na elaboração de políticas públicas e que a raça é um elemento fundamental na estrutura das desigualdades desse país, é importante que desenvolvamos argumentos que sustentem essa perspectiva. Por que a questão racial é também central? Essa resposta não existe como conceito fechado, nem como fórmula de cartilha, no entanto, podemos discuti-la a partir de dois momentos.

Primeiramente, é necessário destacar a construção da subjetividade do sujeito negro brasileiro, levando em conta, sim, os aspectos políticos e econômicos da história

escravista do Brasil, aspectos esses que têm vida no cotidiano das relações sociais, de modo distinto, dependendo do meio social e da região geográfica em que esse sujeito vive. Logo após, na continuação do exercício de desprender a situação do negro contemporâneo dos processos vividos e herdados da escravidão, vamos procurar compreender como as relações produtivas e de poder se deslocaram no que se refere ao papel do negro e modificaram o fenômeno do racismo.

Em uma noção ampla, temos como base os estudos de Consolação André (2008, pg. 63), quando o tema é a construção da subjetividade e “partimos do pressuposto que a constituição da subjetividade ocorre na objetivação que é dada nos embates relacionais da vida social que são acontecimentos da história da civilização”, portanto não nos referimos a processos individuais e nem relativos estritamente à consciência. A subjetivação contempla elementos psicológicos e identitários, essa construção é entendida nas palavras da autora:

Como um processo constitutivo do sujeito humano que engloba aspectos corporais, intelectuais, emocionais, sociais e econômicos, pois, enquanto constitutivo, tal processo permite formas diferenciadas de subjetividade e objetividade relacionadas ao mundo psíquico e ao mundo material, o que o torna complexo e passível de busca de compreensão, pois se configura num fenômeno que deve ser olhado como tal. (CONSOLAÇÃO ANDRÉ, 2008, pg. 61).

Outra referência que buscamos para nos apoiar, na tentativa de não separar a dimensão da construção da consciência dos processos do mundo material, é a de Franz Fanon (2008, pg.28) que, na introdução do seu livro “Pele negra máscaras brancas”, explica, ao falar de seu método, que:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há um complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.

Essa é uma fala extremamente fértil também para discutirmos a dialética raça-classe, para apreendermos o quanto tais dimensões estão interligadas na organização e desenvolvimento de uma sociedade, mas a utilizamos agora para entendermos a

construção da subjetividade do sujeito afro-brasileiro, que é diferenciada de todos os outros grupos étnicos que formam a população brasileira.

Na escravidão, o negro ocupava lugar central no processo produtivo, as relações econômicas de grande e médio porte, internas e com outros países, dependiam da força de trabalho escrava para se desenvolverem. Era sinônimo de *status social* para os senhores de fazenda e para os negociantes, ter um número elevado de escravos, isso demonstrava poder político e econômico. O ser humano negro, por quase três séculos, era uma mercadoria no Brasil, podia servir de moeda de troca e, ao mesmo tempo, era a força motriz fundamental do sistema.

Portanto, historicamente ‘o papel ideologicamente constituído que lhe foi dado é de um ser inferior em todos os aspectos do desenvolvimento – intelectual, emocional, econômico e social’ (CONSOLAÇÃO ANDRÉ, 2008, pg. 36). Esse papel é enraizado no imaginário das pessoas de todas as classes sociais, incorporado e reforçado tanto pelo Estado, como pela ciência da época.

Referente ao Estado, um dos principais meios de exercício da discriminação e de poder sobre o povo negro foi a legislação, primeiramente, a imperial que foi direta e tendenciosa, e depois, as tácitas da república que, ao nada dizerem, também negavam ao negro a possibilidade de ascensão social. Podemos destacar aqui o significado de leis fundamentais que promoveram a exclusão do negro no Brasil. O 2º ato oficial: Lei complementar de 1824 proibia as crianças negras de frequentarem escolas; esse ato durou, juridicamente, até 1889, quando proclamada a república. Entretanto, é inegável que seus resquícios foram e são sentidos na sociedade de hoje. As crianças e adolescentes negros viviam em algum lugar e cumpriam uma função, e isso era distante da educação formal materializada pelas escolas.

Com o 3º Ato oficial: Lei de terras de 1850, nº 601, ocorreu mais uma ação que marginaliza o povo negro, pois ao decretar que as terras só seriam obtidas através da compra e quem tinha condições para tal eram os senhores e políticos poderosos, descaracterizou-se toda a situação geográfica do território nacional. Os Quilombos, que existiam em grande número, no litoral, foram tidos como ilegais e, aos poucos, seus

territórios foram comprados e sua população expulsa dos mesmos. Em um artigo intitulado “A origem do latifúndio no Brasil”, João Pedro Stédile<sup>5</sup> afirma que:

Assim, a principal consequência social da Lei de Terras de 1850 é que manteve os pobres e negros na condição de sem-terra e, por outro lado, legalizou, agora como propriedade privada, as grandes extensões de terra, na forma de latifúndio. Todos os antigos concessionários da Coroa, com a vigência da Lei de Terras, corriam aos cartórios ou às casas paroquiais que mantinham registros, pagavam certa quantia pela terra e legalizavam suas posses. Assim, imensas áreas, antes de propriedade comunal-indígena, depois apropriadas pela Coroa, agora eram finalmente privatizadas nas mãos de grandes senhores, que se transformaram de amigos da Coroa em senhores das terras, em latifundiários.

Poderíamos ainda mencionar a Lei do Ventre Livre, de 1871, que, além de desestruturar a família negra, ao separar os filhos dos pais, ainda tirava toda e qualquer responsabilidade dos senhores de escravos para com as crianças que nasciam “livres” a partir daquela data. Também houve a Lei do Sexagenário, de 1885, que expurgava os velhos escravos com mais de 60 anos das fazendas, com o pretexto de deixá-los livres, mas imensa maioria, por não ser mais produtiva, passou a viver nas ruas, marcando, então, os primórdios da mendicância. Ainda temos, já na primeira República, o Decreto 528, das Imigrações Européias de 1890, que reabre o Brasil para os imigrantes europeus, com o intuito de preencher as vagas de trabalho abertas pela industrialização, de continuar o processo de branqueamento da população, e proibindo a entrada de negros e asiáticos no país, salvo com a autorização do Congresso.

Esses exemplos são conhecidos e têm uma abrangência nacional; também poderíamos mencionar aquelas leis que existiam no interior do país, leis municipais e estaduais, que podem soar absurdas hoje, mas que foram feitas por pessoas do poder público e sabemos que, em determinadas regiões do Brasil, o rodízio de pessoas e famílias exercendo tal função é muito pequeno até nossos dias. Em alguns lugares, os negros só podiam frequentar as ‘vendas’, os armazéns ou mercados para comprar, mas deveriam logo sair; em alguns ‘códigos de posturas’ municipais, previa-se que pessoas negras só poderiam andar em um lado da calçada e nunca em outro, pois esse era utilizado por brancos abastados; os clubes sociais das cidades não aceitavam a entrada

---

<sup>5</sup> STEDILE, João Pedro. *A origem do latifúndio do Brasil*. In: Revista PUCVIVA. N° 08 Disponível em: [http://www.apropucsp.org.br/revista/r08\\_r06.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r08_r06.htm). Acesso em: 06 de ago. 2009.

de negros para seus eventos e, assim, são inúmeros os casos similares se buscarmos aprofundar as pesquisas em documentos históricos.

Em relação à sustentação científica do racismo, sobre a qual fizemos menção acima, nos referimos aos estudos ligados à questão racial que foram feitos do século XVII até as experiências nazistas pautadas na concepção imposta como científica, de eugenia<sup>6</sup>. Consolação André (2008, pg. 38, 39) desenvolve um breve histórico desses estudos que são de caráter político-social e, também, clínico-biológico. Retrocede às obras de Hume que, em 1776, já declarava que os negros eram naturalmente inferiores, passando pelo iluminismo e pelo ‘bom selvagem’ de Rousseau que, apesar disso, foi um dos mais progressistas de seu tempo. Estendeu suas pesquisas até a craniologia técnica e a antropologia criminal, que tinha sua referência em Césare Lombroso, e procurava provar o caráter genético, físico e hereditário dos fenômenos criminais.

Essa busca por legitimar a inferioridade de negros, índios e asiáticos transcende essa ‘ciência’ e passa, inclusive, pela literatura, pela história e pelas ciências humanas em geral, que também reproduziram, em grande escala, a hierarquização racial das sociedades e o racismo como um componente cultural. Na escravidão e no período pós-abolição, havia uma realidade violentamente desigual, e o universo letrado, os costumes e a construção destes como exercício cultural corroboravam com essa desigualdade.

A história não se desenvolve por saltos que deixam totalmente para trás o estágio anterior; a formação do povo e do Estado brasileiro tem, em seu âmago, a escravidão, a marginalização do negro no processo de industrialização e na passagem para uma sociedade capitalista de classes. Ainda tivemos a tentativa de branqueamento da população brasileira feita pelo Estado ao promover uma “política afirmativa” com os imigrantes europeus, subsidiando-os na primeira metade do século XX. A grande fase que antecede essa sintetiza séculos, faz um passeio que nasce com as grandes navegações e se estende até nossos dias. Desenharemos breves estradas para esse raciocínio a seguir.

A ocupação da América pelos europeus representa uma mudança no rumo da história da humanidade. É somente a partir de então que o poder imperial europeu se consolida, que o próprio modo de produção capitalista acha suas matérias-primas e seus

---

<sup>6</sup> **Eugenia** é um termo cunhado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando "bem nascido". Galton definiu eugenia como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. Em outras palavras, melhoramento genético.

mercados para se desenvolver plenamente. Ao produzir essas transformações de caráter estrutural e econômico, as colonizações também são marcadas por engendrarem um amplo jogo de relações entre diferentes povos e culturas. Assim, nosso exercício aqui é procurar compreender quais foram os critérios de organização desse jogo.

Com a chegada dos europeus colonizadores, cria-se um conjunto de identidades baseadas na idéia de raça; os índios, os mestiços e o negro, um pouco depois, surgem, na perspectiva moderna, a partir do processo colonizador. Essa distinção racial já não se refere aos aspectos geográficos ou de costumes, mas, eminentemente, à diferença das raças na divisão do trabalho. Aníbal Quijano nos diz, em seu artigo “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”, que:

Em primeiro lugar, as diferenças entre conquistadores e conquistados codificaram-se na idéia de raça, ou seja, em uma suposta estrutura biológica diferente, que localizava uns em situação natural de inferioridade em relação aos outros (...). Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades (índio, mestiço e negro) foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes a cada um, e interpretadas como determinantes destas e, portanto, do padrão de dominação colonial que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (2005, p. 36, 37).

Cientes de que corremos o risco de resumir em demasia a complexidade do problema, queremos propor que o racismo, enquanto ideologia, tem como um dos seus fatores explicativos a sistemática divisão racial do trabalho feita através dos tempos em escala global e, principalmente, na América Latina, no desenvolvimento da sociedade colonial-moderna. O entendimento de que determinadas raças deveriam ser responsáveis por setores de trabalho considerados inferiores construiu verdades históricas que ainda estão muito presentes.

Como exemplo, vemos, hoje, que a maioria das atividades domésticas sem registro e desprovidas de direitos é exercida, no Brasil, por mulheres negras e, nos países de capitalismo avançado, os serviços braçais, pesados e desgastantes são feitos por 'latinos' e imigrantes em geral.

O fato de percebermos, na colonização, a ligação direta entre trabalho não remunerado (escravo) e as raças dominadas (índio e negro) torna mais palpável o

entendimento sobre quais são as origens da nossa herança cultural. É claro que estamos aqui tratando do aspecto econômico, do domínio pautado no critério de raça, mas também sabemos que isso se estende às instâncias subjetivas, pois esse formato social tinha seus aparatos epistemológicos de justificativa que naturalizavam as relações de exploração.

## **2.2 - Critério racial – um argumento contemporâneo**

A composição das desigualdades raciais existentes em nosso país tem em suas bases, portanto, uma íntima relação com a estruturação em classes da sociedade. Então, com o desenvolvimento da sociedade pós-escravidão, com as recentes mudanças legais que tratam da questão do racismo, esse, de certa forma, também se modifica. Na sociedade neoliberal, além de se manter essencialmente viva, a discriminação racial cumpre novas funções e ganha novas formas de aplicação, ainda mais eficientes. Tanto justifica salários inferiores em relação à população trabalhadora de origem européia, quanto contribui para manter a maioria da população negra fora dos espaços de conhecimento que oportunizariam algum tipo de ascensão social.

Adentrando o século XX e considerando a aceleração do crescimento das grandes metrópoles, podemos dialogar com Florestan Fernandes (1978). Nas páginas 35, 36, 38, da obra “A integração do negro na sociedade de classes”, o autor afirma que, em novas condições de trabalho, no caso “livres”, os negros não conseguiam concorrer com os imigrantes brancos nem mesmo em ocupações para as quais tivessem conhecimento e prática. Isso porque o redirecionamento que o capitalismo dava era no intuito de modificar a organização do trabalho para permitir a substituição do negro pelo branco, isto é, a imigração excluía a possibilidade de um enorme contingente de negros.

Todos esses processos históricos, marcados pela constante marginalização do sujeito negro brasileiro, desenham, de certa forma, o conjunto das características estruturais e culturais do país. Sendo assim, não podemos compreender o que ocorre no momento atual sem levarmos em conta essa formação particular da nação, por isso insistimos na idéia de que essa herança da história e o como ela se desenvolveu é parte constituinte da noção contemporânea de racismo e das desigualdades raciais concretas. Por que destacamos que essa herança é somente parte do que se tem hoje? Não só

porque a história é cíclica e constantemente se modifica, como também porque a relação do negro com o Estado, com o cenário político e, principalmente, sua relação com o trabalho e o seu papel perante a estrutura produtiva é outro.

A experiência que temos de militância e de estudos é vinculada aos movimentos sociais populares, tanto do campo como da cidade. Nos últimos anos, na construção da pesquisa, nosso trânsito se deu majoritariamente no universo acadêmico e no ambiente da universidade. E é desse contexto que buscamos os aspectos concretos, ou a realidade objetiva para nossas reflexões sobre as relações de poder, as representações políticas, tudo, enfim, atravessado pelo prisma das lutas sociais com o recorte na questão racial.

Vivendo o cotidiano da UFRGS, através da participação na CAAPAA (Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas), nas aulas do mestrado, em eventos de assessorias e convívio com os movimentos sociais populares e da produção da pesquisa em si, como pesquisador, tentamos entender, nas relações que se constituem, as sutilezas de uma engrenagem gigante; deparamo-nos, então, com conflitos de interesses e jogos de vaidades em grande escala. Temos a sensação – e primeiro vamos falar dela, embora não seja científica – de que, a partir do momento em que a UFRGS implantou as cotas, cujo objetivo é materializar, na universidade, a presença de sujeitos sociais que, por questões históricas e contemporâneas, não vislumbravam estar dentro dela, a própria instituição parece ter ficado “com vergonha” de ter feito tal opção. Pode ser que alguns sujeitos negros e indígenas já ali estivessem, mas se podia fazer de conta que não estavam e agora isso não é mais possível.

Dizemos isso porque algum tempo após a implantação das cotas não se tinha acesso a nenhum dado relativo aos alunos cotistas; a universidade não promove nenhuma atividade vinculada às ações afirmativas e parece querer esconder essa sua nova face com a frágil explicação de que, com essa atitude, preserva os alunos. Convenhamos que ninguém está pensando em expor qualquer pessoa ou provocar polêmicas desnecessárias, se esse é o receio que amedronta a comunidade acadêmica. O que se pretende é que a instituição assuma a política afirmativa e municie não só a Comissão de Acompanhamento, como as pró-reitorias e os projetos de extensão com subsídios e apoio político para que esses se relacionem e deem vida a um real acompanhamento e apoio aos alunos cotistas que estão lá por direito conquistado.

As conversas mantidas com funcionários, professores, alunos e colegas nos dão uma impressão de que, quando se fala em receber e acompanhar os alunos cotistas

oriundos de escolas públicas, as coisas andam. Quando é sobre os indígenas que enfrentam uma realidade peculiar e têm uma comissão de acompanhamento em um estágio bem mais avançado, há um ar de indiferença ou desconhecimento. Agora, quando se fazem propostas para dar visibilidade ao cotista negro, através de atividades de recepção e de formação, ou mesmo quando se pensa em algum tipo de evento que toque na questão racial, a universidade tem dificuldade de assimilar.

Ouvimos comentários de que é um tema “delicado”, de que já existe a ação afirmativa e não seria necessário debater mais sobre isso. Fica evidente que, quando é raça a pauta, isso é incômodo para a instituição e sua comunidade; assim, todos os procedimentos são mais lentos e, se houver a possibilidade de silenciamento ou de promover a invisibilidade, isso é feito. Enfim, o critério racial, que já na fórmula da política de cotas se diluiu no social e se transmutou para étnico, não é aceito para o ingresso na universidade. E esse fato é mais uma razão para que atividades sobre a pauta do racismo e das ações afirmativas se multipliquem, pois tal contexto é fruto, dentre outros aspectos culturais, de desinformações e deformações teóricas da comunidade acadêmica acerca do tema.

Começamos por sensações ou impressões que não são dotadas de conteúdo analítico, apenas para transitar um pouco pelo imaginário de um contexto que ainda é muito obscuro ou caótico. Essa nova fase da universidade marca um tempo de “desacomodação” e não nos referimos somente às cotas, mas também, à presença cada vez maior dos movimentos sociais populares em atividades acadêmicas e culturais. Esse “desacomodar” é um processo que atinge os setores mais conservadores da universidade, aqueles que ainda a veem como um espaço de preparo para os grandes dirigentes, para os cientistas meritocraticamente destacados.

Essa realidade, há décadas, já não existe; as universidades de hoje preparam, quando muito, para o mercado de trabalho; fazem o papel que somente os cursos técnicos e profissionalizantes já o faziam há vinte ou trinta anos. A lógica da produtividade e da fragmentação já invadiu e inundou as universidades, da graduação aos programas de pós-graduação, como Marilena Chauí destaca, em outros termos, que ‘a universidade faz com o conhecimento aquilo que a empresa faz com o trabalho, isto é, fraciona, otimiza com um fim bem determinado’.

O que essa realidade nos diz? Que a universidade não é uma bolha protegida, alheia aos mecanismos da sociedade, mas ela é parte de uma engrenagem e reflete, com

suas características, essa dinâmica. A universidade não tem, de um modo geral, lidado com o sujeito afro-brasileiro de modo diferente do que a sociedade ou o Estado lida. Quando Agamben chama atenção dizendo que, para que o Estado moderno de direito se desenvolva, ele precisa negar direitos, e essa negação recai sobre uma vida nua ou corpo nu, ele nos traz uma leitura possível para interpretarmos a situação do povo pobre brasileiro que, em sua maioria, é negro.

A vida nua que é passível de morte sem que isso seja considerado homicídio, é o *locus* da violência, mas também da reprodução do Estado moderno. Por quê? Do corpo nu se toma todo potencial de trabalho de maneiras mais diversas, tira-se toda a energia, mas a reposição de tal energia e o usufruto do que produziu ou contrapartida do que trabalhou não lhe é garantido. E ainda, quando seu trabalho não for mais necessário ou quando há um excesso de contingente, o Estado, direta ou indiretamente, dá conta de eliminar a vida nua.

Esse sujeito desprovido de direitos está constantemente mais ligado ao Estado moderno do que até mesmo quem goza de privilégios cedidos pelo mesmo Estado. Na medida em que se exclui a vida nua de qualquer contato com o Estado e se cria um corpo ou sujeito alheio ao processo de viver em sociedade com condições básicas de existência, chegamos à criminalidade. Nem um ato do Estado é tão político como esse caminho percorrido, no Brasil, por milhares de crianças e jovens negros, o que é reafirmado nos estudos efetuados por Agamben (2002, pg. 186), quando diz que:

...a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito, que ele pode somente salvar em uma perpétua fuga... Contudo, justamente por ser exposto a todo instante a uma incondicionada ameaça de morte, ele encontra-se em perene relação com o poder que o baniu.

É neste sentido que a relação entre o corpo nu e o Estado é freqüente, através da biopolítica que decide qual vida merece ser vivida e qual a que não merece. Para que essa política exista, ela tem de ter espaços específicos, momentos históricos propícios e critérios valorativos que sejam aceitos para decidir sobre a *bios*. Para Foucault (2000), o racismo é um dos critérios fundamentais de que o Estado se utiliza para a eliminação da vida, e esse racismo institucionalizado só é legítimo porque a modernidade o absorveu não só politicamente como Estado, mas culturalmente como valor.

Agamben então avança em relação e esse autor francês, ao dizer que o segredo da modernidade não fica só no fato de o Estado fazer cálculos sobre a vida nua orientado pelo racismo. Porém, que essa dinâmica social de excluir e capturar o corpo nu através do ordenamento jurídico é, em si, o ‘fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político’ (2000, pg. 17); a vida nua ganha, assim, um protagonismo que antes não detinha.

Tratamos aqui do racismo como critério, mas, como dito acima, o espaço também é fundamental para que o Estado exerça o biopoder. O conceito que Agamben desenvolve para descrever esse espaço é o de *Campo*, parafraseando Bourdieu<sup>7</sup>, porém o autor italiano se refere, majoritariamente, aos campos de concentração nazistas alemães, embora cite outros exemplos e possibilidades que o conceito abarca. Dentre essas possibilidades, estão, sem dúvida, as grandes periferias e favelas brasileiras e, até mesmo, os acampamentos e assentamentos dos militantes sociais que lutam pela terra de trabalho.

Nas ‘democracias’ dos países como o nosso (pobres), esse Campo do exercício da violência, da expressão do poder, ou melhor, de um biopoder de um Estado que não é de exceção, mas nesses espaços se comporta como se fosse, é onde vive a vida nua, onde o corpo nu experimenta o não ter direito. Para Agamben (2000, pg. 180, 181), o Campo é “o espaço desta absoluta impossibilidade de decidir entre fato e direito, entre norma e aplicação, entre exceção e regra, que, entretanto, decide incessantemente sobre ele (...) a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção.”

Essa materialização do estado de exceção de que fala Agamben pode ser percebida, principalmente, nos espaços onde a dignidade das pessoas é colocada em suspensão nas grandes periferias, no sistema carcerário, por exemplo. Tal processo também é algo que vivenciamos no universo do caos da burocratização dos sistemas públicos de atendimento às pessoas das classes populares, nas áreas da saúde, da educação, da assistência social, entre outras.

---

<sup>7</sup> BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 4ª edição, p. 64. No capítulo em que trata da gênese e da construção do conceito de *campo* o autor francês o apresenta genericamente como “um espaço social de relações objetivas”.

### **3 - Políticas de Ações Afirmativas**

Traçar um paralelo entre o modo como a universidade trata ou olha para os alunos negros que estão ingressando através das ações afirmativas e o modo como a sociedade política o faz, tal como descrito acima, pode ser uma comparação arriscada. Porém, o exercício é válido, quando trabalhamos com um olhar de totalidade e conseguimos dimensionar as realidades.

Afirmamos que a comparação é arriscada pelo fato de que as pessoas que estão ingressando na universidade, apesar de etnicamente pertencerem ao grupo social brasileiro que mais se encontra em uma condição de vida nua, não vivem em situações extremas de pobreza, nem de violência. Não expressam um corpo nu em um Campo e em uma relação contínua com o estado de exceção, falando sempre, de um modo geral, dos alunos que estão ingressando na universidade. Portanto, não podemos afirmar que o olhar da comunidade acadêmica para com a questão racial, na universidade e no Brasil, seja o mesmo que o do Estado para com o sujeito negro pobre e, por vezes, imerso na criminalidade porque são fenômenos e espaços sociais diferentes.

Essa transição direta, além de ingênua, seria tendenciosa por afirmar que a dificuldade de organizar uma política de recorte racial ou a de debater a discriminação seria fruto do lugar ocupado hoje pela população negra no Brasil, e isso não é de todo correto. Causas seriam confundidas com efeitos; o racismo institucional e a relação entre o Estado e o sujeito negro têm suas raízes e suas características próprias que devem ser pauta de trabalhos que discutam tal tema.

Ao mesmo tempo em que essas raízes históricas existem e sobrevivem manifestando-se de formas distintas, temos que encarar a difícil tarefa de separar, teoricamente, essa herança colonial de racismo da escravidão, dos processos contemporâneos de discriminação racial. O exercício de domesticar a questão racial feito pelo Estado hoje, através do direito, requer dinâmicas de ordens, não mais de exploração do trabalho, como na escravidão, onde o negro era a base do sistema produtivo, mas sim, de negação de direitos e de espaços de trabalho.

É esse cenário que o século XXI apresenta e que marca um novo tipo de tensionamento da dialética raça-classe. É necessário levar em conta as diferenças fundamentais entre os dois conceitos, quais sejam: classe advém de uma contradição contratual jurídica de trabalho que extrai a mais-valia do seu produtor, o trabalhador, e raça é fruto de uma relação não jurídica, um exercício de soberania para além do direito. Assim, conseguimos perceber a razão pela qual as demandas de políticas de recorte social são mais facilmente aceitas pelo Estado. A implantação das políticas de ações afirmativas na UFRGS é um exemplo vivo disso.

As questões raciais, obviamente, não se resumem às políticas afirmativas. A dificuldade de tornar tal questão uma voz jurídica, ou seja, fazer raça ser dita e aceita como lei e fazê-la cumprir, mostra-se, também, quando o assunto é o reconhecimento das terras de comunidades remanescentes de quilombos, pois, em muitos casos, essa pauta tem se tornado assunto de segurança nacional e não de direito garantido na Constituição federal. O mesmo ocorre quando se trata das terras ancestrais reivindicadas pelas comunidades indígenas.

Delimitamos nosso exemplo ao universo da UFRGS porque é este o nosso fenômeno de pesquisa. Ao determinar que, dentre os 30% de vagas reservadas para alunos que estudaram metade do ensino fundamental e todo ensino médio em escola pública, 15% devem ser autodeclarados negros, o critério social de sobreposição ao racial. Isso já está claro, mas o que está em jogo? Um dos propósitos centrais das ações afirmativas que orientaram a demanda construída pelos movimentos sociais que lutaram por tais políticas é o da diversidade racial na universidade. Todavia, essa demanda não foi colocada em primeiro plano, não se tornou critério fundamental, visto que o primeiro e pré-requisito é o de ter estudado a maioria dos anos de escolaridade em escola pública.

No processo de apreciação das propostas do programa a ser escolhido pela universidade, na definição ou não pelo critério racial, que as tensões se tornavam maiores, nas reuniões do CONSUN (Conselho Universitário) e nos debates entre os professores e comunidade acadêmica em geral. Ao contrário de outras universidades, a UFRGS não adotou cotas para negros, ou seja, cotas levando em conta somente o critério racial, mas sim, diluiu tal critério e o transformou em étnico. Logo, o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS prevê cotas para alunos oriundos de escolas públicas e, dentro dessa cota, há uma porcentagem reservada para alunos que contemplam um critério de recorte étnico – negros e indígenas.

Esse fenômeno denuncia o quão difícil é, para o Estado e sua conduta jurídica liberal, aceitar a raça como uma possibilidade real condutora de uma política pública. Em casos como esse, é preciso ‘etnicizar’ a raça para torná-la uma fala legal. De um modo geral, admite-se que exista racismo no Brasil e que o ensino superior seja um dos *locus* de disparidade e desigualdade, tanto racial como social. Mas, quando se quer transformar a raça em balizador de uma política institucional, aparecem argumentos e atitudes de várias ordens que mostram o como é demagógico esse aceite da existência de desigualdades raciais e, também, o como a sociedade civil pisa em terreno irregular quando aborda esse tema. E, nesse caso, não é somente a desinformação que pesa, mas todo o acúmulo cultural pejorativo que trata do papel do negro no Brasil e que as pessoas possuem sem ter clara consciência, ou sem carregar pré-conceitos intencionais. É nessa construção que reside um importante pilar da complexidade que o tema das ações afirmativas carrega.

Apesar dessas contradições que relatamos acima, é importante reafirmar que a implantação do programa de ações afirmativas é uma conquista dos movimentos sociais que, historicamente, têm se organizado e reivindicado o acesso ao ensino superior como uma bandeira importante. Nesse sentido, para nos posicionarmos a favor da reserva de vagas para negros, índios e pessoas com baixa renda, é necessário fazermos alguns comentários.

Já tratamos de expressar que nosso país é racista enquanto Estado e que as desigualdades sociais e raciais são gritantes e notáveis. Tendo clara essa dimensão, é tranquilamente compreensível que a temática das ações afirmativas e as demandas por tais políticas sejam algo presente em nossos dias. A educação é um campo onde mais notamos as diferenças sociais e raciais, e há, no Brasil, o contra-senso entre o que se assegura na lei e a realidade, pois sabemos que a Constituição Federal prevê o direito à educação para todos, e isso como responsabilidade do Estado e da família. Quando se trata do ensino superior, esse diagnóstico é ainda mais drástico, como afirma Barbosa (2000, p. 401):

Contudo, o acesso à universidade pública é ultra limitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de freqüentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para freqüentar

cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior.

Considerando que a população negra é a maioria da população pobre em nosso país e que nossa história contém ingredientes fartos de discriminação racial institucional, as cotas nas universidades são medidas totalmente pertinentes e necessárias. Se quisermos desenhar outro quadro ou dar novo rumo para o ensino superior, para os espaços de ciência e, de certo modo, para a sociedade como um todo, as cotas podem contribuir de modo significativo. Sabemos do caráter afirmativo e imediato das cotas e entendemos que a transformação da sociedade transcende esse tema. No entanto, como queremos fazer uma defesa, gostaríamos de dizer que essas políticas não são contrárias a um maciço investimento em educação básica, ou seja, que as cotas não provocam uma racialização das relações nas universidades, mas sim, uma mínima diversificação.

Por que afirmamos que a presença do povo negro na universidade é positiva e imprescindível? Em um apanhado geral das nossas ciências sociais, das humanas e da educação, campo em que atuamos, as produções que existem são baseadas, em sua imensa maioria, em referências européias (eurocentrismo gnosiológico da modernidade), não respondem à realidade cada vez mais repleta de novas configurações e angústias. A ciência é divorciada da busca de soluções aos problemas fundamentais das populações que estão mais suscetíveis à violência, ao desemprego, sem o atendimento das suas necessidades básicas. A universidade pública precisa dos alunos afrodescendentes, tanto quanto esses precisam dela; novos projetos, novas idéias e um redirecionamento da curiosidade epistemológica, que foi sempre guiada pelo olhar da elite branca brasileira, são ingredientes fundamentais para a promoção das mudanças científicas necessárias.

As populações negras precisam, pelo menos, primeiramente, ser representadas nos espaços de produção científica e logo ocuparem quantitativamente, cada vez mais, esses espaços, e as cotas vislumbram auxiliar nesse sentido, pois, como nos ensina Karel Kosik (1976, p. 119), “a mudança da função de determinados valores não é o resultado de uma avaliação subjetiva, mas de uma mudança objetiva das relações sociais”<sup>8</sup>. O número de negros professores universitários e pesquisadores credenciados em

---

<sup>8</sup> KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1976.

instituições de amparo à pesquisa é ínfimo, no Brasil. Além dessa questão, que ganha ares de médio e longo prazo, as cotas serão um meio para que um grupo étnico significativo ingresse no âmbito da formação superior e, por conseguinte, no mercado de trabalho. Em uma pequena passagem, Florestan Fernandes (1979, p. 72) nos aponta um pré-requisito que se torna um foco de luta real na contemporaneidade:

...as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando 'a massa de homens de cor', ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional.

Esse trecho parece extremamente atual e, quando se fala em estruturas, devemos ter claro que medidas como a implantação de cotas irão sempre enfrentar grande resistência nas camadas conservadoras da sociedade. Isso ficou evidente no Rio Grande do Sul, na UFRGS, onde pichações pejorativas se espalharam pela universidade e a tensão política foi bastante grande. Esse cenário era um tanto previsível e dele ficou a constatação de que a maioria dos argumentos ouvidos, contrários ao sistema de cotas, é dotada de comparações deslocadas, de análises superficiais e do uso de exemplos isolados, para elucubrar generalizações, enfim, cheios de senso-comum.

A razão última dessa resistência está no fato de que as políticas raciais relembram ao Brasil que o nosso país é racista. O debate acerca da razão pela qual o negro dificilmente chega ao ensino superior provoca explicações de todos os gêneros e análises variadas; entretanto, raramente se assume que a discriminação racial institucional do Estado brasileiro é um componente latente da nossa sociedade.

As cotas têm, em sua comissão de frente, uma importância simbólica, ou seja, elas tratam de algo inovador, que rompe com o invólucro cínico da democracia racial que, tanto parcela da mídia, como alguns artistas e intelectuais alegam existir no Brasil. Nas palavras da professora Arabela Campos Oliven<sup>9</sup>,

Um dos argumentos em favor das ações afirmativas é o da necessidade de reconhecimento de todos os grupos como

---

<sup>9</sup> Professora Doutora em Sociologia da Educação, que atua no Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

iguais. Na medida em que a forma de seleção nos cursos mais concorridos das universidades públicas deixa de lado uma população tão numerosa como a dos pretos e pardos brasileiros, passa-se a idéia de que o lugar que forma a elite nacional pode prescindir da contribuição de quase metade da população brasileira. Esse argumento tem a ver, também, com o significado simbólico dos modelos para as novas gerações. É importante para os jovens negros e indígenas verem representantes de seus grupos bem-sucedidos como profissionais nas áreas do Direito e da Medicina, por exemplo, nas atividades de pesquisa.<sup>10</sup>

As pessoas que passarão a ocupar algumas vagas pelas cotas, de modo geral, têm um perfil diferente daquelas que historicamente ocuparam esses espaços, não encarando isso como uma lógica mecânica, mas concordamos com a professora Arabela quando ela afirma que:

Alguns estudantes não cotistas que passaram em universidades públicas podem se desinteressar do seu curso, trancar a matrícula, tentar novo vestibular para outro curso; muitos destes jovens pertencem a uma camada social privilegiada, o que lhes favorece esse tipo de opção. Um estudante cotista, ao contrário, sabe que não pode desperdiçar a oportunidade que tem. Como integrante de um grupo que luta por uma inserção mais equitativa na sociedade brasileira, o comprometimento social dos cotistas parece ser maior.<sup>11</sup>

A partir disso, existem diferentes experiências de implantação de cotas nas universidades do Brasil, mecanismos e modos diversos de gerenciar essas políticas. Essa diversidade é coerente com a realidade brasileira que abarca regiões bastante diferentes no que se refere às questões culturais, raciais e étnicas. Existem alguns estudos já produzidos que fazem as primeiras avaliações das cotas raciais e que nos apontam a importância destas em cada experiência realizada.

O livro “Cotas raciais no Brasil: A primeira avaliação”, organizado pelo professor André Augusto Brandão, traz relatos detalhados de várias universidades do país que implantaram as cotas, e o livro “O negro na universidade”, organizado pelos professores Jairo Queiroz Pacheco e pela professora Maria Nilza da Silva, contém artigos densos que tratam das cotas sob o olhar de diversas perspectivas temáticas. Esses são dois exemplos de estudos que nos alimentam para afirmar que as cotas são políticas necessárias e importantes, não só para as pessoas que irão ingressar na universidade,

---

<sup>10</sup> Retirado do artigo *Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico*; publicado na Revista *Educação*. Santa Maria: Ed. da UFSM., v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2009.

<sup>11</sup> Idem, pg. 73.

como também, para ampliarmos a reflexão sobre as questões de raça e classe social no Brasil.

Quando nos referirmos à noção de raça, a entendemos na perspectiva sociológica, ou seja, que raça é um componente do imaginário da contemporaneidade e é fruto de um conjunto complexo de fatores culturais e históricos. Destacamos isso para afirmar que a argumentação de que raça não existe e a utilização de princípios biológicos e genéticos para responder e naturalizar questões essencialmente históricas é um equívoco até certo ponto ingênuo, porém muitas pessoas contrárias às ações afirmativas ainda se apóiam nesse argumento. Agora que se discute o critério de raça e renda para configurar as políticas de cotas, alguns cientistas sociais, ingênuos ou conservadores, afirmam que raça não existe ou que não é um critério com base científica. Todavia, quando foi feita a divisão social do trabalho do período colonial e, quando falamos na ocupação dos espaços de poder em nossos dias, o critério de raça ainda é balizador.

A raça biologicamente é uma só, mas histórica e socialmente não. O debate sobre o uso do conceito *raça* se estende no campo sociológico e optamos por sua utilização por entendermos que raça representa a noção real sobre a qual se ergue o racismo. Nisso concordamos com o professor Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1999, p. 27), quando diz:

Minha opinião, todavia, é que se torna muito difícil imaginar um modo de lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Se não for à “raça”, a que atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela idéia de “raça”? Atribuindo-as a uma realidade subjacente que não é articulada verbalmente, ou a formas mais gerais e abstratas de justificar estruturas de dominação?

A idéia de raça, portanto, refere-se ao campo ideológico de análise (construção histórica); é um conceito que procura entender os “aspectos subjetivos que orientam ações sociais intencionais”, afirma o mesmo autor (1999, p. 31). Há um debate denso na sociologia contemporânea entre os intelectuais anti-racistas, militantes e estudiosos em geral, em relação à recuperação da categoria analítica de raça. Posicionamo-nos na defesa do uso da categoria de raça para organizar e desenvolver a resistência ao racismo em nosso país.

Ainda apoiados em Guimarães, entendemos que o conteúdo de tal categoria deve desenvolver constantemente um aparato científico para reorganizar o conceito de raça:

Conceito esse que deverá, ao mesmo tempo: 1) reconhecer o peso real e efetivo que tem a idéia de raça na sociedade brasileira, em termos de legitimar desigualdades de tratamento e de oportunidades; 2) reafirmar o caráter fictício de tal construção em termos físicos e biológicos; e 3) identificar o conteúdo racial das “classes sociais” brasileiras. (2002, p. 56).

Pensar raça pelo prisma político e social é um exercício que, ao mesmo tempo, quer lembrar que não há diferenças de caráter biológico entre pessoas negras, brancas, pardas, amarelas, ao contrário do que teorias científicas do século XIX e as políticas de branqueamento do século XX afirmavam. E, por outro lado, procura elucidar a idéia de que há uma construção cultural, política e social, que estamos chamando de raça, que é critério basilar para o exercício do poder violento, tanto simbólico quanto concreto por parte do Estado.

Portanto, a raça não é só o elemento fundante do racismo estrutural brasileiro, como também é o componente que decide que grupo social vai ficar fora dos espaços produtivos, fora das relações sociais de prestígio e, principalmente, que grupo social vai ter negado o seu direito às condições básicas de existência. O sujeito discriminado que tem seus direitos negados pela sociedade, pelo Estado moderno, mas que, ao mesmo tempo, sofre as violências por parte desse que nega seus direitos, é o portador da vida nua de Agamben. E a vida nua tem raça, no Brasil e no mundo, de modo geral. A população negra, principalmente, a do continente africano, está alijada do trabalho e do universo dos direitos humanos juridicamente existentes.

Sobre essa questão, Agamben (2002, pg. 155) nos diz que:

A vida que, com as declarações dos direitos humanos tinha-se tornado o fundamento da soberania, torna-se agora o sujeito-objeto da política estatal (que se apresenta, portanto, sempre mais como polícia); mas somente um Estado fundado sobre a própria vida da nação podia identificar como sua vocação dominante a formação e tutela do corpo popular.

Essa trajetória que percorre o Estado, sua processualidade qualitativa que desencadeia uma ação muito mais de controle e coerção do que de assistência e garantias, pode ser percebida mais facilmente nas grandes capitais e suas periferias. Nesses espaços, geograficamente caóticos e politicamente não assistidos é que reside a vida nua, assim como no meio rural brasileiro, nos confrontos pela terra, nas lutas contra latifúndios sem lei do nosso país e na disputa política em torno do reconhecimento das terras de comunidades remanescentes de quilombos, bem como na demarcação das áreas indígenas.

A vida nua que pode ser morta também tem a pele negra, tem uma identificação de raça. Quando se decide sobre a vida biológica, ou quando se suspendem os direitos fundamentais, provocam-se efeitos de toda ordem, tanto vinculados à subjetividade dos sujeitos, quanto aos elementos da vida concreta, das necessidades materiais. A maioria da população carcerária no Brasil é composta por negros e negras, assim como a maioria dos desempregados e dos trabalhadores do mercado informal. “O estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, torna-se agora uma nova e estável disposição espacial, na qual habita aquela vida nua que, em proporção crescente, não pode mais ser inscrita no ordenamento”, afirma Agamben (2002, p. 182).

No intuito de ampliar o debate sobre a criação de reserva de vagas nas universidades para alunos oriundos de escolas públicas e para negros no Brasil, é interessante que tragamos um olhar contrário a tais políticas para dialogarmos e reforçarmos nosso posicionamento de que as ações afirmativas são importantes e necessárias. Do ponto de vista teórico, uma das argumentações mais consistentes, contrárias às políticas de cotas raciais e que transcende o discurso do senso-comum e da desinformação, é do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Peter Fry.

Antropólogo de formação e de nacionalidade inglesa, Peter Fry veio para o Brasil em 1970 e tem, como tema central de seus estudos, as relações étnico-raciais. Em seu último livro, que aborda a questão das cotas nas universidades e discute a utilização do conceito de ‘raça’, o autor trata de temas pontuais que muito interessam a nossa pesquisa. O livro chama-se “A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral”, e é uma coletânea de artigos em que “o argumento que perpassa todos os ensaios é o de que, quando a crença generalizada em raças adquire a força da lei, ela se torna cada vez mais difícil de erradicar” (FRY, 2005, p. 15).

Iremos trazer alguns argumentos do professor Peter Fry, os mais relevantes para questionarmos. Nossa pretensão aqui não é de estabelecer uma “rinha” argumentativa, até por não estarmos com arcabouço para tanto, mas sim, tensionar algumas afirmações que faz o professor e que acreditamos não representar a realidade. Já na introdução do seu livro, Peter Fry (2005, p. 16) afirma que:

Políticas públicas denominadas ação afirmativa são implementadas para reduzir as desigualdades “raciais”. Mas como essas políticas exigem dos seus beneficiados uma identidade racial, a crença em raças sai fortalecida. Por mais bem intencionada que seja a ação afirmativa, ela tem como consequência *lógica* o fortalecimento do mito racial.

Entendemos que o fato de o sujeito negro desenvolver o pertencimento, assim como a sociedade entender melhor os processos identitários, não fortalece a crença em raças (raças aqui pensadas pelo viés biologizante, pejorativo que tanto criticamos). Pelo contrário, contribui para combater cada vez mais o racismo, tendo em vista que, ao proporcionar visibilidade e oportunidade a uma parcela da população que historicamente esteve à margem, cria-se mais um modo de provar que o racismo é um absurdo, já que negros estariam em espaços sociais, cumprindo as mesmas funções e com as mesmas capacidades que os brancos, que sempre ocuparam tais espaços elitizados.

É importante ressaltar também que, nas ciências sociais, é muito complicado falarmos em *consequência lógica*, ainda mais nesse caso. Como as ações afirmativas irão fortalecer o mito racial, se no cerne da sua intencionalidade o que está colocado é combater e desconstruir uma cultura que engendrou tal mito racial? O mito racial será fortalecido se passarem décadas e séculos e os negros ocuparem o mesmo lugar na divisão social do trabalho e se a classe dominante branca seguir se justificando através do velho mito racial.

Logo depois dessa fala, na introdução do seu livro, Peter Fry (2005, p. 16), ao falar das peculiaridades do racismo no Brasil, assegura que esse “continua sendo exercido informalmente pela sociedade no seu conjunto, mas não diretamente pelo Estado”. Discordamos de tal assertiva, pois já tratamos de buscar vários exemplos na história do nosso país em que, inclusive, o racismo se transformou em parâmetro legal. E ainda trouxemos, nas reflexões de Foucault e Agamben, o quanto o Estado exerce o

poder também pautado pelo racismo institucional, a violência é aceitável em alguns sujeitos e em alguns lugares, assim como a negação do direito é praticada para com o ser racializado ou de vida nua, como nomeia Agamben.

Um argumento que atravessa a construção de Fry é a idéia ou receio de que a noção de raça se torne lei, através da implantação de ações afirmativas, o que, para o professor, é um fenômeno novo na política racial brasileira da última década, ‘ter a raça como entidade jurídica’. Para dar exemplos, o autor cita leis que estão em estudo no Congresso Nacional, que preveem reserva de vagas nas universidades federais e, também, a lei estadual do Rio de Janeiro que criou as cotas nesse estado. Fry, inclusive, suspeita da constitucionalidade dessas leis e propostas de leis.

Sobre esse tópico, temos algumas considerações. Pensamos que está em jogo, nesse tema, a noção de raça que se quer transformada em lei para garantir o direito àqueles que nunca o tiveram, não a da biologia que inventa o mito das raças, mas sim, a sociológica, que explica as desigualdades raciais e o racismo através de um conjunto complexo de determinantes concretos e simbólicos que compõe a cultura brasileira. Fry receia a raça como ente jurídico por entender que esse irá gerar ou fortalecer o racismo, mas entendemos que é pouco provável gerar ou fortalecer o que já existe com muita força; compreender e assumir o critério de raça como lei é um desafio para o imaginário brasileiro, porque ele já é racista. Garantir a raça como parâmetro legal é combater o racismo e fortalecer esse combate, não o contrário.

Se a questão for de nomenclatura, isto é, que a palavra *raça* não deva constar nas leis, então é compreensível, até porque em nenhum projeto de lei a palavra aparece. O que há é uma previsão de reserva de vagas para negros, pardos e indígenas, e isso se refere ao pertencimento do sujeito que irá pleitear as vagas e sua convicção identitária e não ao conjunto das pessoas do país, criando um parâmetro de classificação racial. Há um ‘*quê*’ de hipocrisia nesse argumento de que estaria se criando “guerras raciais” com a implantação de ações afirmativas, como se o ideal fosse manter uma “paz racial” em que os brancos sigam sozinhos acessando o ensino superior e os espaços de poder, enquanto os negros continuem sendo a imensa maioria do povo pobre brasileiro. Essa ‘*paz*’ nós não queremos que siga existindo.

O professor José Jorge de Carvalho<sup>12</sup> afirma que a fuga comum das pessoas contrárias às ações afirmativas é dizer que raças não existem, e este é quase um argumento único de última instância:

Como não podem negar a necessidade de alguma política de inclusão racial, passam a repetir tediosamente aquilo que todos sabem e do que ninguém discorda: não existem raças no sentido biológico do termo (...). Fugindo do debate substantivo, os anticotas optam pela desinformação e pelo negacionismo: raça não existe, logo, não há negros no Brasil; se existem por causa das cotas, não há como identificá-los; logo, não pode haver cotas. Raças não existem, mas os negros existem, sofrem racismo e a maioria deles está excluída do ensino superior. Felizmente, a consciência de que é preciso incluir, ainda que emergencialmente, só vem crescendo - por isso, a presente década pode ser descrita como a década das cotas no ensino superior no Brasil. Começando com três universidades em 2002, em 2009 já são 94 universidades com ações afirmativas, em 68 das quais com recorte étnico-racial.<sup>13</sup>

No capítulo 10 do seu livro, Peter Fry, juntamente com Yvonne Maggie, faz uma análise de cartas mandadas em 2001 e 2002 por leitores ao jornal “O Globo”, em que eles opinam sobre a implementação de cotas nas universidades do estado do Rio de Janeiro. A imensa maioria das opiniões dos leitores é contrária às ações afirmativas, e o autor se utiliza dessas posições para diagnosticar que “o sistema de cotas, então, representa, de certa forma, a ‘vitória’ de uma taxonomia bipolar sobre a velha e tradicional taxonomia de muitas categorias” (FRY, 2005, p. 308).

Aqui o autor retoma a idéia de que as cotas estabeleceriam um ambiente de tensão e, ao mesmo tempo, empobreceriam o colorido étnico brasileiro, deixando-nos como opção ou ser branco ou ser negro. Já tratamos disso em página acima, porém reafirmamos que, em nenhum momento, as ações afirmativas negam a diversidade da formação do povo brasileiro, pelo contrário, colocam-na em evidência. E com quase uma década de implantação de políticas de valorização e integração racial no Brasil não se tem nenhuma notícia relevante de que o racismo tenha aumentado no ambiente acadêmico ou na sociedade por razão de políticas afirmativas. Embora até se compreendesse que, em um espaço como é a universidade, que nunca havia sido

---

<sup>12</sup> É professor da UnB (Universidade de Brasília) e coordenador do INCT de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

<sup>13</sup> Em artigo intitulado “Cotas: uma nova consciência acadêmica”, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 17/9/2009.

ocupado com tal densidade por negros, pardos e indígenas, que eventos de racismo aumentassem. O que percebemos são casos isolados que, por vezes, ganham uma dimensão desproporcional, pois a grande mídia brasileira é majoritariamente contra as políticas de ações afirmativas.

Ao compreender que as políticas de reservas de vagas em universidades para negros celebram a crença em raças e contribuem para a permanência do racismo e do preconceito, o antropólogo inglês parece olhar somente para uma face das reais intenções das políticas afirmativas. Apesar de ter como um dos seus focos o combate ao preconceito e não seu fortalecimento, as ações afirmativas não levam esse tema como o fundamental, pois a razão central das políticas é oferecer o acesso aos espaços de saber e, por conseguinte de poder, a uma população que não os ocupa em nossa sociedade. E isso tem caráter emergencial e não de longo prazo como pode ser uma ação contra o preconceito, pois entendemos que essa é uma dimensão subjetiva e individual que não é enunciada e que, portanto não se transforma com uma política específica e, muito menos, reforça-se com ela.

As ações afirmativas combatem a discriminação institucional de um modo muito mais prático e concreto do que combate o preconceito. Este é de caráter velado e silencioso e também deve ser enfrentado, mas as razões das gritantes desigualdades raciais e sociais brasileiras não passam somente por ele. O material empírico utilizado no artigo pelo professor Peter Fry também é bastante discutível, e não está se fazendo um juízo de valor. Mas o público assinante do jornal “O Globo”, que forma sua opinião, dentre outras coisas, através desse veículo de informação, é um público que, por questões ideológicas e pela sua condição e consciência de classe, não irá se posicionar a favor das ações afirmativas, pois o público que conquistou tais políticas são os negros brasileiros que, em sua grande maioria, são pobres.

Ainda sobre a utilização da opinião de leitores de um jornal para construir uma análise sobre ações afirmativas, Santos (2007, p. 211) avalia que:

Há aqui uma inversão total da maneira de como se produz conhecimento científico ou, se se quiser, conhecimento acadêmico. Não se partiu de nenhum conhecimento anterior sobre ações afirmativas ou mesmo sobre um dos tipos de técnica de implementação dessas ações, a cota, para pesquisar o assunto. Ou seja, não se fez um estudo ou uma revisão dos referenciais teóricos sobre ações afirmativas para se produzirem novos conhecimentos

sobre o assunto ou mesmo confirmar ou se reformular conhecimentos anteriores.

Como podemos perceber fica muito difícil considerar científico um trabalho que se pautar por tal metodologia de opinião. O artigo do professor Fry tem um caráter político e sob esse olhar deve ser analisado, pois, para considerá-lo acadêmico, deveríamos ter acesso a resultados ou elementos que transcendem a opinião de um grupo de pessoas.

### **3.1 - Ações Afirmativas na UFRGS**

Tendo esse cenário complexo, dinâmico e desafiador de uma sociedade desigual, do ponto de vista social e racial, é que se justifica a demanda por ações afirmativas, principalmente, quando se trata do ensino superior. Na tese de doutorado em Antropologia Social, de Laura Lopez, que já mencionamos, temos uma descrição muito fecunda acerca não só do processo de implantação das cotas na UFRGS, como também dos debates e tensões que se deram nos anos anteriores.

Ao se referir a um grupo chamado de GT Ações Afirmativas, constituído desde 2005, na universidade, e composto por alunos bolsistas, militantes dos movimentos e organizações sociais vinculados a lutas anti-racistas e por professores, Laura López (2009, p. 308) nos conta que:

Em inícios de 2006, o grupo foi aprovado como Projeto de Extensão pela Universidade, tendo como objetivo central o da criação de espaços de diálogo entre a universidade e os movimentos sociais, visando à implementação de um Programa de Ações Afirmativas na UFRGS. Iniciou-se, então, a construção de um espaço de mediação entre as demandas dos movimentos sociais e a universidade, através da constituição do duplo vínculo institucional e com os movimentos.

Portanto, muitos movimentos, dentro e fora da universidade, já existiam na luta por ações afirmativas. Esse fenômeno demonstra que foi pelo aprofundamento do debate, pela pressão política, por um lado e, também, pela conveniência do momento

histórico que a UFRGS implantou as cotas. A abertura da discussão sobre a diversidade na universidade, que possui tristes características, como a de ser monocromática, monocultural e ainda elitizada, ofereceu espaços não só para o debate étnico racial, mas também para análise sobre a necessidade de uma universidade pública e popular. Esse fenômeno promovido pelas políticas de cotas proporcionou que os movimentos sociais populares como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e outros fossem uma presença mais presente na universidade.

Como já discutimos no presente trabalho, o modelo de ações afirmativas adotado pela UFRGS tem seus limites e somos significativamente críticos nesse sentido. Tais limites estão relacionados a duas questões: uma, a dificuldade da universidade e da sociedade em compreender e aceitar a dimensão racial como um critério central da política, e a outra, refere-se a uma adequação do processo seletivo (vestibular e a burocracia que o envolve) com as reais intenções do programa de ações afirmativas. Na tese supracitada, Laura López relata que acompanhou os debates no CONSUN (Conselho Universitário) e, inclusive, engajou-se politicamente, no intuito de convencer alguns conselheiros a votarem a favor das cotas. Com base nesse envolvimento, a autora avalia que:

“Todavia, a discussão e a implementação revelavam um contexto repleto de dificuldades, particularmente em relação às cotas raciais destinadas a candidatos negros, já que sua aprovação traria para dentro da instituição a discussão e o reconhecimento de que ela é excludente racialmente, numa universidade que se erigiu como “branca” a partir das posições de prestígio dos imigrantes europeus. (LÓPEZ, 2009, p. 312)

Podemos entender por que se adotou um modelo de cotas em que o viés racial se diluiu no social, foi uma decisão tomada para equilibrar as forças entre a demanda por políticas dos movimentos e organizações sociais e os posicionamentos de uma parcela da comunidade acadêmica e de alguns conselheiros do CONSUN contrários às cotas de recorte raciais. Infelizmente, esses posicionamentos contrários, como se pode verificar no trabalho de Laura, são carregados ou de pré-conceitos nítidos, ou de um desconhecimento da temática, demonstrando somente o senso comum.

Dada a complexidade do tema reserva de vagas e toda base histórica e social relacionada às características do racismo brasileiro que se tem de desenvolver para melhor compreender e qualificar o debate, é que entendemos que não é de uma hora para outra que a sociedade, em geral, e a universidade irão encarar o tema racial de modo racional e lúcido. Dizemos isso por constatar, cotidianamente, o quão passional e quase 'religioso' é o tratamento dado ao debate sobre cotas no Brasil, até mesmo entre letrados das áreas das ciências humanas e sociais.

Há de se convir que é justamente na academia que a hierarquia social e racial brasileira se mostra mais visível e sólida, e o processo que a desacomoda, gerado pelo debate e implantação de cotas nas universidades brasileiras é um convite para revermos e problematizarmos outras dimensões que preocupam as pessoas que querem, sonham e lutam por um país e um mundo diferente.

A segunda questão que destacamos, como limite central do modelo de ações afirmativas implantado na UFRGS, é o da (ina)adequação do processo seletivo às reais intenções da política. Por processo seletivo entendemos o que antecede o vestibular, sua divulgação, seu custo ou até isenção da taxa de inscrição para alunos carentes, a adaptação de edital, a prova em si e, principalmente, o pós-vestibular. Depois do vestibular é que começa o maior desafio do programa de ações afirmativas e é exatamente nesse quesito que a UFRGS tem muito a avançar, garantir o acesso é um primeiro e importante passo, mas é a permanência que deve se tornar a garantia maior.

Na complexa burocracia da universidade, por vezes, muitas coisas passam e não são resolvidas; há casos em que o aluno aprovado no vestibular pela reserva de vagas para auto declarados negros não pode ficar com a vaga por um motivo ou outro, então é chamado o próximo da reserva de vaga para alunos oriundos da escola pública ou da seleção universal. O que ocorre, então, é que o aluno negro não ocupa a vaga que estava destinada a ele. Entendemos que, nesse caso, deva ser chamado o próximo da lista de auto declarados negros para que o recorte étnico seja levado em conta quando ocorrem imprevistos como esse.

Outra questão é a da pontuação nas provas, que é única; todos disputam com todos, o que é diferente de outras universidades onde o ponto de corte é diferente para alunos candidatos às vagas universais e para alunos candidatos à reserva de vagas. No primeiro ano da implantação do programa na UFRGS, tivemos o seguinte cenário: havia 12 vagas para alunos autodeclarados negros no curso de administração, mas não entrou

nenhum devido à pontuação; em medicina havia 21 vagas para autodeclarados negros, mas nenhum aluno negro ocupou uma vaga pelo mesmo motivo. Em cursos como biomedicina e direito diurno ocorreu o mesmo fato, nenhum aluno negro ingressou na universidade.

Já no segundo ano das cotas, somente um aluno negro ingressou no curso de medicina. Então, o que podemos observar é que muitas adaptações devem ser feitas, já que as reais intenções das ações afirmativas são promover a diversidade na universidade e fazer com que alunos negros oriundos de escolas públicas ocupem os bancos acadêmicos. E, quando as vagas já são limitadas, devemos nos mobilizar e procurar garantir que elas sejam ocupadas por quem realmente contempla o público previsto pela política de ação afirmativa.

O momento que a universidade viveu no segundo semestre letivo do ano de 2009 foi de avaliação, como se pode perceber no capítulo de relatos e análise das reuniões da CAAPAA e de debates ocorridos na universidade, ocorrendo quase uma avaliação institucional do programa de ações afirmativas. Estamos, como pesquisador, vivendo intensamente esse contexto que passa a envolver grande parte da comunidade acadêmica.

A avaliação trará a tona, e isso até mesmo dentro da comissão 'ad hoc' de avaliação, a polêmica que cerca a questão das cotas. É inegável que a decisão sobre o modo como procederá tal avaliação será decisiva para os resultados que serão obtidos. Na fala de professores, estudantes e gestores há pelo menos três intencionalidades que se evidenciam. A primeira, entende que a avaliação apenas serve para organizarmos estratégias de aperfeiçoamento e de defesa das ações afirmativas; uma segunda posição se coloca indiferente e desinteressada em relação não só à avaliação, como ao programa como um todo, e a terceira postura é aquela que, visivelmente, pretende provar que a implantação das ações afirmativas foi um equívoco e que o rendimento dos alunos cotistas irá demonstrar isso. A militância majoritária nos espaços de decisão é composta, até o momento, por pessoas com a primeira intencionalidade acima. Isso é um ponto positivo, tendo em vista que a garantia das políticas de ações afirmativas e o bem-estar desse novo sujeito que está entrando na universidade dependem muito desse processo avaliativo.

Em um encontro que tivemos com o professor Nilton José dos Reis Rocha, da Universidade Federal de Goiás, no dia 24 de setembro de 2009, tanto os integrantes da

CAAPAA como os da Comissão de Acompanhamento dos Alunos Indígenas e da comissão 'ad hoc' de avaliação tiveram oportunidade de ouvir relatos muito interessantes. Trata-se de experiências das quais o professor tem participado com os indígenas de sua região e sobre um projeto de cinema e jornalismo, feito através de um convênio com instituições populares da Bolívia. No bojo dessa conversa e dessas histórias, o professor trouxe como referência teórica seu orientador, o professor Boaventura de Sousa Santos. Reafirmou a relevância das ações afirmativas e o quanto hoje se faz cada vez mais necessário reconhecermos que o conhecimento produzido na universidade não é único e nem de todo verdadeiro e que estamos passando por um momento no qual devemos respeitar e reconhecer cada vez mais os conhecimentos das culturas não letradas e populares.

Com as políticas de cotas, segundo aquele professor, começa a se construir outro cenário nas universidades brasileiras, e isso exige dos administradores e intelectuais uma mudança de paradigma avaliativo. O caráter técnico e quantitativo precisa perder espaço para uma avaliação qualitativa, tanto do rendimento, como da inserção desse novo perfil de estudante que está ingressando na universidade. As instituições de ensino superior já não podem mais considerar somente as notas e os números relacionados à frequência dos alunos porque esses são efeitos e resultados que só respondem a anseios de gestão. Ao contrário disso, é necessário começar a entender que a vida dessas pessoas que, por vezes, trabalham, tem um histórico de dificuldades materiais e subjetivas, ou seja, é diferente daquela vida de quem sempre ocupou o ensino superior.

Uma professora da Faculdade de Medicina, presente na reunião com o professor Nilton Reis, relatou o quão delicado e difícil é introduzir o tema das ações afirmativas no curso de medicina. A fala de muitos alunos é de que a reserva de vagas só dificulta mais o acesso à universidade para aqueles que estão realmente preparados, e os pais de alguns alunos se sentem injustiçados por seus filhos terem que disputar cada vez menos vagas.

Essa compreensão que não é uma característica isolada da medicina, embora lá se evidencie mais, é também a visão de alguns docentes os quais entendem que o ingresso de alunos de escola pública e de negros pode fragilizar a excelência acadêmica dos cursos mais concorridos. A professora ainda contou que se sente isolada por ser a única a favor de ações afirmativas e que não sabe como vai ser se mais alunos começarem a entrar, já que, em dois anos, apenas um negro ingressou no curso.

Casos como esse do universo do curso de medicina são compreensíveis, considerando-se que a elitização histórica do ensino superior perdura, com mais vigor, nos cursos tradicionais e que a ideologia burguesa, meritocrática, individualista tem seu ápice nesse contexto. A luta de classes se mostra mais nitidamente quando a classe que detêm historicamente os privilégios e o poder passa a ser ameaçada, mesmo que, nesse caso, seja algo de proporções limitadas que ocorre através das políticas de ações afirmativas.

Diante desse cenário, torna-se absurdo cogitar que o racismo não é um elemento constituinte da sociedade brasileira e rio-grandense, o racismo aqui entendido não como sinônimo de preconceito, mas como um artefato estrutural que habita o inconsciente coletivo sem se fazer evidente ou caricato. O preconceito vinculado a piadas de mau gosto, a ofensas pessoais e ao desdenhar do sujeito negro é também um tentáculo do racismo, porém o racismo estrutural que caracteriza a discriminação racial, não é somente um preconceito, vai além porque impede sujeitos e coletividades de usufruírem de direitos, de exercerem sua autonomia e, por vezes, de garantirem sua dignidade.

No dia 04 de novembro de 2009, ocorreu a conferência “As Ações Afirmativas e a possibilidade de diálogo intercultural no Brasil”, proferida pela antropóloga Laura Lopez, cujo trabalho está supracitado. O evento foi promovido em comemoração aos 75 anos da UFRGS e, tanto a temática, como a conferencista, foram sugestões feitas por nós, como representante discente, em uma reunião da CAAPAA. A fala da professora Laura e o debate posterior levantaram questões que sempre aparecem no meio acadêmico, como o porquê do uso do termo “raça”, a polêmica sobre o que é ser negro e os critérios de seleção da reserva de vagas. Ela ainda nos mostrou que esse tema vem provocando a curiosidade de alunos, professores e funcionários que vêm se envolvendo na discussão.

Uma professora da UFRGS, do curso de História, foi a mais enfática ao rechaçar o uso do termo raça, pois, segundo ela, a raça é uma só, a humana. A resposta da conferencista foi na direção de afirmar que usa o termo raça pelo fato de existir a racialização das relações de poder da sociedade, e o termo, nos trabalhos de estudos do universo social e cultural, não se refere a nenhuma distinção biológica e, portanto, é um conceito sociológico. Segundo a professora Laura, se deixarmos de usar o termo raça, o racismo não irá terminar e não há razão para tirarmos o termo do nosso vocabulário de análise enquanto houver racismo e relações racializadas de poder.

Esse tema específico vem ocupando importante espaço na grande mídia brasileira. Intelectuais conservadores têm se apoiado nesse argumento de cunho biológico para se posicionarem contrários às políticas de ações afirmativas nas universidades. O sociólogo Demétrio Magnoli, autor do livro “A gota de sangue”, é figura presente em programas de televisão, em debates sobre cotas e escreve frequentemente em jornais de circulação nacional. Bate sempre nessa mesma argumentação de que não podemos, enquanto um povo miscigenado, nos classificarmos por “raça”. Já a posição favorável às cotas é pouco vista nos meios de comunicação; poucas pessoas têm a possibilidade de elucidar essa questão vinculada ao uso do termo raça.

Relatamos essa conferência com certa alegria pelo fato de que a UFRGS tem avançado, a passos lentos, é bem verdade, no debate sobre racismo e desigualdades sociais. Esse avanço a que nos referimos estende-se, também, à gestão. O vice-reitor Ruy Vicente Opperman, por exemplo, estava presente na atividade e no encerramento, e, ao fugir um pouco do protocolo, fez uma fala de sua visão política e administrativa sobre as ações afirmativas. Segundo o vice-reitor, a demanda das populações negras é histórica e é um compromisso das instituições públicas encararem o racismo como algo estrutural. Indagado sobre a possibilidade de se modificar o modelo de reserva de vagas decidido em resolução do CONSUN, Opperman entende que, no atual momento, seria politicamente perigoso mudar o formato da política. Isso porque há o risco de se abrir espaço para que opositores das políticas afirmativas, que não são poucos no universo acadêmico, também queiram intervir na resolução. Então, poderíamos, segundo o vice-reitor, ao invés de qualificarmos a política, fragilizá-la.

Portanto, o processo atual da UFRGS, nesse fim do ano de 2009 e começo de 2010, é de avaliação da política de reserva de vagas e, também, de aperfeiçoamento da mesma. Como pesquisador e através do envolvimento quase cotidiano com esse universo, temos percebido certo avanço no compromisso da gestão para com esse novo cenário da universidade. As cotas têm garantido que praticamente metade dos alunos aprovados sejam oriundos de escolas públicas, isso é um fato social relevante. Como se pode acessar, nos relatos das reuniões da Comissão de Avaliação, o número de alunos pretos e pardos que estão ingressando na UFRGS mais que duplicou, porém não devemos entender que isso seja suficiente e que o ingresso desses alunos represente de todo o êxito da política. Há inúmeras demandas ligadas à permanência, ao apoio pedagógico, à criação de espaços de diálogo e promoção de visibilidade e, ainda, outros

desafios que virão e que devem ser encarados e, para isso, a constante pressão política promovida por militantes dos movimentos negros, pelos estudantes, por professores e pesquisadores é fundamental.

## **4. Relato das Comissões vinculadas às ações afirmativas**

### **4.1 – Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS (CAAPAA).**

O capítulo de relatos de encontros formais e informais com colegas, professores e gestores da UFRGS, relatos de reuniões das comissões da universidade relacionados às ações afirmativas, comissões essas formadas por pessoas de variadas formações e posições políticas é a base empírica que trazemos para dar subsídio ao nosso trabalho. Esse material é fruto da nossa participação, durante o ano de 2009, principalmente, no segundo semestre, em várias atividades que diziam respeito ao nosso fenômeno de pesquisa.

As experiências descritas resumidamente têm uma ordem cronológica linear; embora façamos uma análise qualitativa constante, ela é sempre referente àquele momento que estávamos vivendo. Por isso, vamos procurar sempre deixar evidente a que período do ano estamos nos referindo, ao destacar a data e em que estágio de avanços ou retrocessos a situação se apresenta. Salientamos que, no desenrolar da leitura, perceber-se-á a sequência lógica dos relatos porque foram feitos logo que os encontros e reuniões aconteciam.

Como quem conta sua vida, narraremos os passos que foram dados e as descobertas e desencontros vividos durante a pesquisa. Trazer esses elementos práticos nos conforta, de certa forma, pois, ainda na construção do projeto, passamos por momentos de angústia no que se refere ao material empírico da pesquisa. E, também, pelo fato de entendermos ser fundamental que as pesquisas, como um todo, nas

instituições públicas, tragam elementos concretos de lutas sociais e busca por soluções de problemas históricos.

Os relatos das reuniões de que participamos serão, de certa forma, sucintos para não nos tornarmos redundantes; traremos os aspectos centrais das decisões de gestão, dos debates interessantes, das falas dos alunos, dos militantes políticos vinculados aos movimentos negros e dos professores. Muitas atividades aconteceram no ano de 2009, muitas pressões internas, articulações políticas constantes de um grupo de pessoas do qual fizemos parte, que entende que as ações afirmativas representam um momento novo e de avanço na universidade e que elas, também, abrem espaço para debates mais próximos com os movimentos sociais populares. Houve progressos, como o leitor poderá observar, no que se refere à posição institucional da universidade perante a necessária defesa e o aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas.

A Comissão de Acompanhamento dos alunos do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, da qual estamos participando como militante e colaborador, existe (ou deveria existir ativamente) desde a implantação do programa de ações afirmativas que se deu através da Decisão 134/07 (anexo). Nessa decisão, somente o artigo onze, reproduzido abaixo, trata da Comissão.

Art. 11 - Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e o Conselho Universitário - CONSUN, que terá como atribuição propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Parágrafo único - A COMGRAD de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ações Afirmativas, propondo medidas à Comissão de Acompanhamento.

Antes mesmo de participar das reuniões tínhamos várias dúvidas sobre o papel dessa Comissão, isto é, se suas atribuições iriam se resumir a este artigo da resolução, vagamente dispendo sobre sua composição e se realmente pessoas que estão estudando o tema e militam na causa fariam parte da Comissão. Inclusive, levamos essas dúvidas já nas primeiras reuniões, e isso provocou um debate significativo, debate esse que nos relatos das reuniões e na análise dos mesmos iremos adentrar.

No artigo 11, acima, está determinado que, a partir do primeiro semestre de 2008, a Comissão deveria estar em atividade, porém, podemos afirmar que, desde o momento em que estávamos construindo a dissertação, já na entrada do segundo semestre de 2009, a Comissão ainda não conseguia desenvolver nem mesmo as prerrogativas previstas no artigo citado. Não se tinha nem mesmo concretizado a exigência legal de institucionalização da Comissão, pois a portaria exigida para que tal legitimação ocorresse, ainda não havia sido liberada pela reitoria. Nos anos anteriores, a Comissão existia com alguns membros que ainda permanecem, no entanto, como alguns mudaram, era necessário que se legalizasse esse processo através de tal portaria, que nomeia os novos integrantes.

No dia 10 de junho de 2009, participamos, pela primeira vez, de uma reunião da CAAPAA - Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, composta por nove membros advindos de várias áreas da universidade, mas que recebe, em seus encontros, colaboradores, estudantes do tema, representantes dos movimentos sociais e interessados em geral. A institucionalização dessa Comissão, segundo a reitoria, estava prestes a ocorrer e, nessa reunião, discutiu-se quais seriam as prioridades perante a situação atual de acompanhamento da implementação da política de cotas e quais demandas seriam importantes exigir em um encontro com a reitoria nos dias seguintes.

Três pontos centrais foram tirados dessa reunião: 1- a importância de que a Comissão tenha uma logística de funcionamento, ou seja, sala própria com computador e que essa seja vinculada à PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação ou à reitoria; 2- a necessidade de que a PROGRAD assuma a política de cotas como algo da instituição e banque as decisões da Comissão de Acompanhamento; 3- ter um canal direto de diálogo com a reitoria para que a burocracia não impeça que questões pontuais e mesmo outras mais conjunturais sejam resolvidas ou efetivadas com maior agilidade.

Considerando que o tempo previsto para o experimento da política de cotas na UFRGS é de cinco anos, essas questões são quase emergenciais, pois já se vão dois anos e os programas vinculados a permanências, projetos de extensão e culturais de visibilidade ainda não são prioridades da gestão da universidade. Observe-se que não se está exigindo, por enquanto, uma reavaliação do próprio modelo de implementação adotado pela universidade, que dilui o caráter racial no social em uma porcentagem também discutível.

Portanto, o cenário que tínhamos, em junho de 2009, era o de construção de uma comissão de acompanhamento umbilicalmente conectada com as estruturas burocráticas da universidade, uma comissão para cobrar constantemente que a UFGRS se assuma como universidade com cotas em que os alunos que ingressam por tal política sejam convidados a participarem da construção e do aperfeiçoamento dessa política. Outras questões foram discutidas pela Comissão, como: eventos que envolvam toda a universidade, programados para o segundo semestre de 2009, uma aula magna, alguns encontros preparatórios e, no final do ano, um grande encontro de cotistas, com a proposta de ser um seminário nacional sobre ações afirmativas. Estas foram algumas ações propostas para serem amadurecidas nas próximas reuniões.

Outro ponto de pauta na reunião da Comissão foi um relato que, juntamente com colegas – assistentes técnicos de assuntos educacionais da UFRGS –, fizemos sobre nossa participação no III Seminário Estadual de Ações Afirmativas, realizado na cidade de Santa Maria, nos dias 03 e 04 de junho. Nesse evento, tivemos acesso, através de algumas palestras, a informações sobre como está o processo de implantação de cotas em outras universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Paraná – UFPR e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Nesses casos, que já são mais antigos e têm mecanismos peculiares em suas políticas, os estágios de desenvolvimento são outros, aprendemos bastante, principalmente, no que se refere aos critérios de autodeclaração, que sempre são um ponto polêmico, e, também, aos programas de permanências que essas instituições adotaram.

Mais um aspecto interessante foi a presença do Procurador Geral do Ministério Público, Rafael Miron, que falou sobre o apoio que o mesmo e sua instituição têm dado para a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM nas questões jurídicas que envolvem as cotas adotadas nessa universidade. Os desafios que se mostram constantemente na implantação de políticas afirmativas foram trazidos por este Procurador, que destacou a necessidade de estar sempre construindo legalmente a legitimidade de tais políticas, sua adaptação com os processos de seleção da universidade e adequação das políticas ao arcabouço jurídico constitucional.

Na reunião do dia 17 de junho, a pauta voltou a ser a reunião com a reitoria e as demandas centrais da Comissão. Após se chegar a um consenso, passou-se a um debate um tanto mais amplo, referente ao papel da Comissão de Acompanhamento no espaço da universidade e perante a sociedade como um todo. Dentre as várias questões

discutidas, destacaram-se duas: a primeira trata dos aspectos previstos legalmente nas resoluções internas da universidade em relação ao papel da Comissão (já dissemos que somente o artigo 11 da decisão 134/07 trata da mesma); e a outra questão era compreender qual a abrangência da Comissão, isto é, se ela irá se restringir em organizar programas de apoio aos cotistas, políticas ligadas à permanência ou se, além disso, a prioridade será também estar constantemente refletindo sobre como aperfeiçoar a política de cotas implantadas na UFRGS, quais seus limites e possibilidades.

Estamos sendo sintéticos nos relatos das reuniões para o trabalho não ficar maçante, no entanto, entendemos ser importante analisar um pouco mais sobre o que foi discutido nesse dia 17 de junho de 2009. A situação da Comissão de Acompanhamento é, de certa forma, angustiante para seus membros mais envolvidos, e isso provoca certa desmotivação no grupo. Então, quando se levantam questões mais abrangentes, como, por exemplo, as que foram debatidas nessa reunião, é possível colher resultados não tão promissores. Pode-se explicitar essa compreensão com a seguinte reflexão: ‘se não conseguimos nem cumprir o papel mais simples da Comissão, vamos querer debater questões mais profundas?’ É um raciocínio compreensível, porém não podemos desligar as questões pontuais das gerais e é importante trazer à tona demandas que nos provoquem, que nos exijam e nos mostrem que a Comissão precisa, também, estar constantemente estudando e pesquisando.

A desilusão que a burocracia, a má vontade política da reitoria em certos momentos e as falhas que estão sendo diagnosticadas no programa de ações afirmativas fazem aflorar é concreta. Assim, dificilmente alguém que é engajado na causa vai escapar desse abatimento. Entretanto, os processos de luta e resistência cotidianos são marcados mais por sentimentos como esses do que por conquistas; essa idéia, por mais panfletária que seja, tem de estar no nosso horizonte para que possamos refletir sobre as formas de intervir, incluindo o aprofundamento dos estudos sobre este tema de modo a subsidiar a nossa base argumentativa na Comissão e em outras instâncias.

No dia 1º de julho, houve mais uma reunião da Comissão, mas nem todos os membros estavam presentes. A notícia central dessa semana foi a institucionalização da Comissão que foi feita alguns dias antes pela reitoria. Já o encontro com a reitoria ainda não estava marcado, pois esses trâmites são bastante lentos na burocracia universitária. Porém, vários assuntos foram tratados no encontro devido à presença do Secretário de Assistência Estudantil, Edílson Amaral Nabarro, que trouxe informações acerca do

montante de recursos existentes para políticas de permanência dos alunos da graduação, o que inclui auxílio financeiro e pedagógico, entre outros.

A quantidade de recursos que a universidade dispõe é significativa, o que há é a escassez de projetos, segundo o secretário. Além desse assunto, outros foram discutidos, por exemplo, a adoção ou não do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no processo de seleção para ingresso na universidade, como este debate está sendo feito na UFRGS e como esse mecanismo pode se materializar já no ano de 2010.

No dia 8 de julho, em tese, haveria outra reunião da Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Mas, devido à falta de atenção que a reitoria tem dado à Comissão e à demora para divulgar a portaria que institucionaliza legalmente a mesma, alguns membros presentes resolveram subir até o gabinete do reitor para exigir uma conversa com o mesmo. Como participamos, como colaborador, desta Comissão, fomos junto com o grupo. No gabinete do reitor, a secretária nos recebeu e alegou que sua agenda estava repleta para toda a semana; disse que o máximo que ela poderia fazer era conversar com o Reitor, no outro dia, pela manhã, no momento que eles despacham as atividades do dia.

Ao retornar para sala de reuniões, Maria Conceição Fontoura, que é funcionária da universidade, membro da Comissão desde seu início e histórica militante do Movimento Negro, sugeriu que algumas pessoas da Comissão fossem, de surpresa, pela manhã, no dia seguinte, e pegassem o Reitor em sua chegada à universidade para cobrar uma audiência urgente, pois os alunos cotistas, que já estão na universidade, não têm o acompanhamento correto e logo um número significativo de alunos estará entrando no segundo semestre. Algumas pessoas foram lá na manhã de quinta-feira, dia 9 de julho, e conseguiram falar com o reitor que marcou presença em uma reunião da Comissão, no dia 22 de julho, e afirmou que até lá a portaria que legaliza e legitima a Comissão perante todos os órgãos da universidade já teria saído.

Em meio a esse processo de tensão, provocado pela Comissão, há todo um jogo tácito de mediação estabelecido entre a reitoria e a secretaria de assuntos estudantis, representada pelo secretário Edílson Amaral Nabarro, já citado. Este secretário afirmou não ter sido correta a ida dos membros da Comissão para pressionar o reitor. Justificou sua avaliação, afirmando que já havia comunicado à Comissão sobre tudo que estava se passando e que a reitoria tinha grande compromisso com a Comissão e com a política de ação afirmativa como um todo. Foi então que um diálogo mais acalorado se deu entre

membros da Comissão e o secretário, pois a CAAPAA não deseja mediadores entre ela e a reitoria, por mais que essa os indique e lhes delegue essa função nas entrelinhas.

As relações de poder são visíveis até para quem não conhece as pessoas ou não está por dentro dos trâmites burocráticos da universidade. O mesmo secretário também preside a Comissão de Acompanhamento dos Alunos Indígenas, comissão essa que está em grau de desenvolvimento bem mais avançado. Esse êxito da Comissão que acompanha os alunos indígenas se dá por várias questões, como o fato de as demandas dos alunos serem bem pequenas, a relação direta do secretário com o reitor e as facilidades de aceitação, tanto do mundo acadêmico, como da sociedade em relação à inclusão do indígena no ensino superior. É diferente a questão das cotas destinadas aos afrodescendentes, já que a questão racial abarca polêmicas, subjetividades, provocações e empecilhos no amadurecimento da relação entre raça e direito conquistado.

Existe um equívoco nesse processo. Trata-se da reitoria vincular a CAAPAA ao SAE (Secretaria de Assistência Estudantil), principalmente, na pessoa do secretário Edílson Amaral Nabarro. Isso porque a Comissão desempenha um papel bem mais amplo dentro da universidade; ela pretende ter contato com todas as pró-reitorias, com os projetos de extensão e não ficar presa aos processos que envolvem somente a assistência estudantil. Isso nos permite observar, nesse processo, que as demandas do Movimento Negro podem encontrar limites que estão colocados para além das questões de raça, adentrando pela classe – a que vive do seu trabalho – ou pelo controle de seu avanço no processo de conquista dos espaços acadêmicos.

No dia 29 de junho, em uma reunião em que não estávamos presentes, foi feito o relato da entrega, pelo vice-reitor, da portaria que nomeou a nova comissão de acompanhamento, ocorrida no dia 20 de junho. A notícia oficial divulgada na página virtual da universidade será reproduzida abaixo.

Em cerimônia presidida pelo vice-reitor Rui Oppermann, foi formalizada, recentemente, a nova composição da Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Através da Portaria 3775/2009, confirmou-se a participação de representantes da Administração Central, do CONSUN e do CEPE, sob a presidência da pró-reitora de Graduação, Valquíria Link Bassani. Na oportunidade, os integrantes reforçaram a importância da promoção de espaços acadêmicos de debate e reflexão sobre as políticas de ações afirmativas, propondo também ações de permanência aos alunos ingressantes na Universidade.

Esse fato é fruto das pressões políticas que alguns membros da Comissão fizeram para que se acelerasse o processo de legalização da nova formação da CAAPAA a fim de que a mesma começasse realmente a cumprir sua função de acompanhamento e sua função política de propor e debater atividades, estudos e eventos relativos às ações afirmativas. Ainda no mesmo dia 29, o grupo tratou da organização do projeto do I Seminário Nacional de Ações Afirmativas da UFRGS – quanto a seus objetivos, formato, espaços, palestras, atividades culturais, participação discente, dentre outras questões. Como encaminhamentos para o próximo encontro, Juliane Furno (membro discente da Comissão) ficou responsável por formatar a proposta geral do evento, cabendo aos demais presentes enviar-lhe, via internet, até a data de 31/07, o planejamento da infra-estrutura necessária, as temáticas a serem abordadas, convidados, horários, patrocínios e sistemática geral. Juliane Furno se propôs a reunir todas as informações e trazer o documento para a próxima reunião.

Também para essa reunião, marcada para o dia 05 de agosto, os membros da Comissão e os apoiadores que já vinham discutindo em reuniões anteriores, aqui já descritas, encaminharam, para todos, uma pauta com os temas centrais a serem debatidos. Essa pauta vem sendo construída desde a primeira reunião de que participamos e foi entregue com a seguinte disposição:

Prezados membros da Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas: Considerando discussões realizadas por integrantes da Comissão em reuniões anteriores, encaminhamos como proposta de pauta para o próximo encontro, a ser realizado no dia 29 de julho de 2009, às 14h, na Sala 2 do CEPE, os seguintes pontos:- Espaço físico e infra-estrutura da Comissão; - O papel da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Extensão na implementação do Programa de Ações Afirmativas; - Aula Magna com o Ministro Joaquim Barbosa; - I Seminário de Ações Afirmativas da UFRGS. - Assuntos Gerais.

Como se pode notar, a pauta que se debatia no começo do mês demorou bastante para ser discutida tendo a Comissão completa e com poder de decisão real.

No dia 05 de agosto, apenas três membros da Comissão compareceram à reunião semanal; a universidade estava praticamente parada, devido ao adiamento do início das aulas do segundo semestre para o dia 17 de agosto por razão do surto de gripe A. Outro

fato que justifica a pouca presença na reunião é o de que o próximo passo é tratar com o vice-reitor a pauta acima descrita, pois sem esse encaminhamento, a Comissão ainda fica impedida de desenvolver seus trabalhos.

#### **4.1.1 – Segundo semestre de 2009.**

Chegamos a outro momento na história da Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas (CAAPAA), pois, no dia 19 de agosto, houve uma reunião muito importante. A maioria dos membros da Comissão estava presente, inclusive, a presidente da CAAPAA, a pró-reitora de graduação Valquíria Bassani e a Pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus. O assunto central que tomou quase toda a reunião foi a criação de uma comissão ‘ad hoc’<sup>14</sup>, isto é, uma comissão paralela que seria um anexo da Comissão de Acompanhamento para fazer a avaliação do programa de ações afirmativas implantado na UFRGS.

A criação dessa comissão paralela, mas subordinada à CAAPAA, é uma exigência vinda da reitoria que argumenta basicamente sobre dois pontos. O primeiro, que é muito cobrado no CONSUN (Conselho Universitário), é sobre quando e como vai ocorrer a avaliação do programa de ações afirmativas; o segundo, é que, na resolução que implanta tal política, está previsto que anualmente o programa tem de ser avaliado. Em cima desses dois pontos deu-se um debate acerca da necessidade da avaliação do programa nesse momento, ou seja, se era importante politicamente se fazer uma avaliação que pudesse comprometer o programa, tendo em vista que quem mais cobra a avaliação são pessoas do Conselho Universitário que, aparentemente, são contrárias às cotas.

Logo, então, a pró-reitora de graduação passou a citar nomes de professores que a reitoria queria indicar para compor essa comissão de avaliação. Nomes de pessoas contra e a favor das cotas estariam compondo essa comissão, inclusive, o nome do professor do departamento de medicina e conselheiro do CONSUN, Jair Ferreira, que protagoniza a cobrança por uma avaliação do programa de ações afirmativas. Na hora da votação pela aprovação dos nomes para a comissão ‘ad hoc’, debateu-se sobre a

---

<sup>14</sup> *Ad hoc* é uma expressão latina cuja tradução literal é "para isto" ou "para esta finalidade". Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ad\\_hoc](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ad_hoc).

colocação ou não de um representante discente e, principalmente, se algum componente da CAAPAA faria parte dessa comissão de avaliação.

Nesse momento, a professora Maria da Conceição Fontoura, que é mestre em educação, técnica em assuntos educacionais da UFRGS, histórica militante do Movimento Negro e membro da CAAPAA, argumentou que fazer uma avaliação de um programa que a universidade como um todo ainda não assumiu como seu seria um equívoco. Sua argumentação foi a de que a UFRGS ainda não implantou de verdade o programa de ações afirmativas, ainda não assumiu tal política e, com isso, manifesta grande receio de fazê-lo uma vez que a própria Comissão de Acompanhamento não conseguiu acompanhar, ter acesso aos problemas dos alunos. A avaliação seria precoce e só serviria para deturpar um processo que timidamente está se concretizando. Ainda não se fez uma Aula Magna, não houve nenhum encontro dos alunos cotistas, os eventos vinculados às questões culturais e de formação dos professores referentes às temáticas que abarcam as cotas ainda não foram feitos. Esses foram alguns dos limites do programa na UFRGS que Maria da Conceição destacou em sua intervenção.

Por outro lado, houve a argumentação da Pró-reitora de graduação, Valquíria Bassani, defendendo a necessidade de avaliação devido aos argumentos da reitoria já mencionados acima. E ainda, pelo fato de que uma avaliação agora, com um ano e meio de programa, seria importante para que a Comissão de Acompanhamento fizesse um diagnóstico detalhado de como prestar auxílio aos alunos que enfrentam alguma dificuldade, pois, com a avaliação, saberíamos identificar os problemas de rendimento e de relacionamento dos alunos. Segundo Bassani, teríamos um cenário mais claro para poder qualificar ainda mais as políticas de cotas que foram implantadas pela UFRGS que quer, como todos da CAAPAA, que elas deem certo.

O receio da maioria dos membros da Comissão de Acompanhamento e das pessoas que estão participando das reuniões como colaboradores, o que é o nosso caso, é que uma avaliação, ainda mais de cunho quantitativo como deve ser, possa ser direcionada, do ponto de vista político. Com isso, haveria um risco de que a mídia e até mesmo as pessoas contrárias às políticas de cotas pudessem usar essa avaliação para deturpar o processo de desenvolvimento da política afirmativa.

Entretanto, a formação dessa comissão 'ad hoc' era algo já decidido pela administração central, mas a Pró-reitora Valquíria deixou claro que tal comissão iria fazer uma avaliação quantitativa sobre o rendimento dos alunos cotistas e o que

circunda tal fenômeno. Logo feita essa avaliação em forma de relatório, a comissão ‘ad hoc’ iria entregá-lo para a CAAPAA (Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS) e, somente depois de análise e aprovação da CAAPAA, é que essa avaliação seria divulgada.

Ficou também estabelecido que a Comissão de Avaliação não seria dotada de poder para construir nenhum juízo de valor referente às ações afirmativas nem de traçar argumentações qualitativas advindas das opiniões de seus membros. Sua tarefa será a de desenvolver uma amostragem que possibilite à CAAPAA visualizar melhor o cenário que está se desenvolvendo na implantação do programa na universidade. Portanto, o relatório final de avaliação e as consequências políticas de tal procedimento serão pensados e construídos pela CAAPAA e pelos colaboradores que, historicamente, vêm estudando e militando na causa das políticas afirmativas. Essa foi a prerrogativa garantida em reunião. Nosso desafio agora, como militante e pesquisador, é ficar ainda mais atento a esse trâmite que está por iniciar, pois além de administrativo e burocrático, ele é também político e, por assim se definir, é um espaço de disputas.

A comissão ‘ad hoc’ de avaliação foi fechada na reunião de 02/09/2009, quando foram decididos os nomes dos que iriam integrá-la. Estava presente a maioria dos membros da CAAPAA, incluindo as pró-reitoras de extensão e de graduação já mencionadas. O tema central da reunião foi a composição de uma agenda de atividades que, a partir de então, a CAAPAA irá executar, com um plano de ações que era uma demanda já há algum tempo e que começa agora a se materializar. A pró-reitora de graduação, Valquíria Bassani, começou a reunião relatando seu encontro com o vice-reitor, Ruy Vicente Opperman, onde se discutiu esse plano de ação para operacionalizar a CAAPAA e dar sentido à sua existência.

Cinco itens foram trazidos pela professora Valquíria, como frentes de trabalho para a CAAPAA. São eles: 1 – a avaliação acadêmica dos alunos; 2 – a construção de uma agenda de eventos culturais; 3 – um trabalho de qualificação da divulgação do programa de ações afirmativas juntamente com a SECOM (Secretaria de Comunicação); 4 – a elaboração de um projeto de apoio pedagógico aos alunos do programa, juntamente com as Comissões de Graduação; 5 – a garantia cada vez maior à assistência aos alunos e a sua permanência na universidade.

Como já explicado no relato da reunião anterior, em relação à avaliação geral do programa de ações afirmativas, vai ser criada uma comissão paralela com representantes

de várias instâncias da universidade. Nosso nome foi indicado para ser representante discente da pós-graduação nessa comissão 'ad hoc' de avaliação. O item um da lista acima está diretamente ligado a essa comissão paralela, pois a mesma vai se dedicar, basicamente, a fazer uma avaliação acadêmica dos alunos do programa para diagnosticar onde se encontram as maiores dificuldades e os problemas mais emergenciais, se eles existirem.

O ponto dois, que prevê a elaboração de eventos culturais e também de formação, vai ficar sob a coordenação da Pró-reitora de extensão, Sandra de Deus, que já tem conferências e atividades pré-agendadas e irá deter-se no objetivo de criar outros eventos ligados à questão das ações afirmativas. Esses eventos têm como objetivo dar visibilidade não só ao programa de ações afirmativas, mas também à cultura negra e ao debate sobre as relações étnico-raciais dentro e fora da universidade.

O item três, relacionado ao aperfeiçoamento da divulgação do programa de ações afirmativas e das questões relacionadas ao vestibular e às políticas de permanência vai ficar a cargo de Luciane Bello, membro da CAAPAA, indicada pela administração central da UFRGS e ligada à SAE (Secretaria de Assistência Estudantil). Dentre as atividades que já estão planejadas, há a criação de um logotipo para caracterizar a CAAPAA, e isso vai envolver uma espécie de concurso entre os estudantes.

O ponto quatro é um dos mais complexos e vai envolver as comissões de graduação, os TAES (Técnicos em Assuntos Educacionais) e a estrutura central da universidade, pois está se desenvolvendo um projeto para criar dez grupos PET (de apoio pedagógico), compostos por alunos bolsistas e por um professor tutor para cada grupo. A universidade tem 29 unidades, o ideal seria ter um grupo PET para cada uma, mas a administração central argumenta que há recursos só para dez grupos. O desafio burocrático que está sendo enfrentado é o de conseguir bolsa para os professores tutores, já que, para os alunos, as bolsas já existem.

De modo geral, o que podemos avaliar é que a CAAPAA está em um novo estágio qualitativo. Na fala das pessoas que vinham se reunindo há algum tempo na Comissão, dos militantes envolvidos com a questão das cotas e das pessoas com compromisso com que o programa dê certo, percebemos que muitas das demandas estão sendo, de alguma forma, atendidas. Entretanto, temos claro que essas conquistas recentes são fruto de pressões internas e externas e ainda de um contínuo diálogo de cobranças feito por esses sujeitos sociais envolvidos com a causa.

No encontro do dia 16 de setembro, tivemos grande presença dos membros da CAAPAA e, pela primeira vez, convocaram-se os membros da comissão 'ad hoc' criada para fazer a avaliação do programa de ações afirmativas. Quatro membros dessa comissão compareceram, e a reunião foi dedicada, primeiramente, para discutir o caráter da avaliação que será realizada; o que se queria saber, especificamente, eram detalhes de procedimentos que deveríamos combinar para encaminhar a avaliação.

Esteve presente na reunião o professor da Faculdade de Medicina, Jair Ferreira, que, a convite da reitoria, irá participar da comissão 'ad hoc' de avaliação. O convite se deve ao fato de que o professor tem cobrado constantemente no CONSUN (onde é conselheiro) que se dê a avaliação da implementação das cotas na UFRGS. Em sua primeira intervenção, o professor procurou deixar claro o que ele deseja que seja avaliado.

Fazendo alusão ao artigo 4º da Resolução (anexo um) que implanta a reserva de vagas na UFRGS, o professor afirma que a avaliação primeira e necessária era a da comparação do vestibular feito com as cotas e os anteriores. Seu objetivo é avaliar se realmente a reserva de vagas para alunos de escolas públicas e autodeclarados negros está oportunizando uma maior entrada desse alunado na universidade. Essa seria uma avaliação quantitativa para sabermos da eficácia da reserva de vagas adotada. O professor fez essa explicação por considerar que o que estávamos ali discutindo e o que estava sendo proposto como agenda da comissão 'ad hoc' de avaliação não contemplava a sua demanda que, inclusive, é razão de processo aberto pelo professor contra a universidade.

Em um segundo momento, outros participantes da reunião argumentaram que essa interpretação que o professor Jair Ferreira está fazendo do artigo 4º da Resolução não era a mesma do restante da CAAPAA e nem da comissão 'ad hoc' de avaliação. No andamento do debate, a vice pró-reitora de graduação destacou que essa exigência que faz o professor está dentro do que se planeja como avaliação, mas que seria somente um primeiro elemento e que o planejado é transcender esse momento inicial de ingresso na universidade e avaliar, também, a situação dos alunos que já estão cursando sua faculdade. O desempenho dos alunos é a centralidade da avaliação que deve ser feita, entretanto, o aspecto trazido pelo professor Jair Ferreira pode ser perfeitamente levado em conta já que só basta levantar os dados referentes aos vestibulares.

Então, outros pontos de menor importância foram lembrados para se responder, por exemplo, curiosidades sobre qual escola pública mais aprova na UFRGS, entre outras questões. Ficou estabelecido, então, que, nos próximos dias ocorreria a primeira reunião somente com os membros da comissão ‘ad hoc’ de avaliação, que também será coordenada pela professora Valquíria Bassani, pró-reitora de graduação. Como já mencionamos, fomos indicado pela CAAPAA como representante discente para fazer parte da comissão ‘ad hoc’ de avaliação e, portanto, estamos participando dessas reuniões também.

Logo se deu início à reunião da CAAPAA especificamente, e a pauta girou em torno de dois temas, quais sejam: a promoção de eventos e a divulgação do programa de ações afirmativas. Porém, antes disso, a pró-reitora de extensão, Sandra de Deus, fez um relato importante, informando que dá aula no curso de jornalismo e tem vivido situações angustiantes. Alguns alunos estão entregando trabalhos escritos à mão na sua disciplina e a professora não pode aceitar, pois a disciplina de técnica jornalística trabalha com normas de escrita, número de caracteres e que, em trabalhos feitos a punho, não se pode avaliar. A professora tem percebido que a razão fundamental é que alguns alunos não têm acesso e nem familiaridade com o computador, e isso dificulta a feitura dos trabalhos. Ela está trazendo essa preocupação para a CAAPAA, pois o caso dela não deve ser o único na universidade, ao contrário, são comuns no universo acadêmico.

Outros exemplos foram trazidos pela professora Sandra, como o de alunos que vendem bolos dentro do estúdio do curso de jornalismo (que seria um lugar inadequado), mas ela sabe que se pedir para o aluno vender em outro momento, corre o risco de ouvir a seguinte resposta: “professora, se eu não vender o bolo agora, eu não posso comprar o ‘xerox’ da sua disciplina para ler”.

A maioria dos alunos que protagonizam esses exemplos são alunos cotistas, e essa é a razão pela qual a CAAPAA deve tomar atitudes que respondam, de certa forma, a essas necessidades dos alunos. A questão de acesso ao computador e aos meios digitais é uma preocupação quase emergencial, já que esse problema pode ter efeitos graves para a vida acadêmica dos alunos e para o programa de ações afirmativas como um todo, pois desistências e reprovações podem ocorrer devido a isso, já que nem todos os professores terão a sensibilidade e a lucidez da professora Sandra de Deus.

Depois disso, passamos a pensar em um nome da comunidade acadêmica da UFRGS para fazer uma palestra sobre ações afirmativas, no dia 4 de novembro, que é

uma data já agendada pela pró-reitoria de extensão. Então, indicamos o nome da Dr. Laura López cuja tese está citada no presente trabalho. Logo se discutiu quem poderia fazer um logotipo para o programa de ações afirmativas e ficou decidido que uma equipe de comunicação da extensão irá realizar o trabalho nos próximos meses.

#### **4.3 - Relato da reunião da CAAPAA com o Fórum de Graduação.**

O Fórum de Graduação faz sua reunião periodicamente e, nessa do dia 21/09/2009, entrou na pauta uma solicitação feita pela pró-reitoria de graduação para que se debatesse o como as COMGRADES e os coordenadores dos cursos de graduação estavam trabalhando com a questão do acompanhamento e da avaliação dos alunos que entraram por reserva de vagas. Fomos convidados para participar do encontro por estarmos acompanhando as atividades da CAAPAA e por sermos representante discente na Comissão 'ad hoc' de avaliação do programa de ações afirmativas.

A fala inicial da pró-reitora de graduação foi de caráter introdutório ao tema, utilizando-se da decisão 134/07 do CONSUN que implanta as ações afirmativas na UFRGS. A professora explicou que está previsto em tal legislação que uma comissão de acompanhamento iria ser criada (o que hoje é a CAAPAA) e que, anualmente, uma avaliação deveria ser feita. Com isso, entende-se o porquê de tal pauta estar sendo proposta para o Fórum de Graduação.

A coordenação da Escola de Engenharia, que contempla onze cursos, foi a única que trouxe um levantamento quantitativo preliminar com os dados de aprovação dos alunos desses cursos, separando-os entre os que entraram por reserva de vagas e aqueles que ingressaram pelas vagas universais. Como havia outros professores e coordenadores de cursos presentes, a partir dessa breve apresentação de rendimento, o debate começou a fluir e várias questões interessantes surgiram.

As dúvidas iniciais se deram em torno do acesso às informações necessárias para que se possa fazer um acompanhamento adequado. Alguns professores argumentaram que, nos documentos que recebem, não consta se o aluno é cotista ou não, e que essa informação deveria ficar à disposição das COMGRADES. Então, a pró-reitora Valquíria Bassani afirmou que estarão disponíveis tais informações, ainda mais a partir desse

momento que há uma mobilização institucional para que sejam avaliadas, do modo mais adequado possível, as ações afirmativas.

Uma fala interessante deu-se quando uma professora lembrou que, em todo esse processo de acompanhamento e avaliação que ganha corpo na universidade, não podemos confundir controle com avaliação, tendo em vista que, ao discriminar os alunos cotistas e avaliá-los isoladamente, poderíamos incorrer nesse erro. Esta justificou que a avaliação deve ser geral, com todo o corpo discente, até para fins de comparação e para qualificar o acompanhamento em cursos e espaços onde existam mais dificuldades por parte dos alunos.

Então, outra professora pediu a palavra e argumentou que a decisão 134/07 do CONSUN, que prevê o acompanhamento dos alunos do Programa de Ações Afirmativas, não traz nenhuma novidade para as CONGRADES, já que essas já tinham como obrigação fazer esse acompanhamento e essa avaliação dos alunos antes mesmo da existência das cotas. Portanto, só iria se criar um embaraço institucional se esse acompanhamento não ocorresse desde outrora e somente agora começasse a haver e apenas com os cotistas, ou seja, começar a olhar para o aluno cotista de uma forma diferenciada só em um momento de avaliação de programa denota outro problema estrutural da universidade.

Outro professor, também da engenharia, afirmou que, em suas avaliações, os alunos cotistas não são diferentes, no que se refere aos rendimentos, daqueles alunos que entravam em segunda chamada nos vestibulares antigos em que não havia ainda a reserva de vagas. Esses são alguns destaques que estamos trazendo para ilustrar as falas feitas na reunião do Fórum de Graduação.

Entendemos que a avaliação que começa a ser feita e que tem como foco os alunos do Programa de Ações Afirmativas, não pode se resumir a calcular quantos alunos são aprovados nas disciplinas e quantos desistem ou são reprovados, e nem deve ser delimitada aos alunos cotistas. Temos que saber quem são esses alunos não para avaliá-los solitariamente, mas para que, ao traçar um paralelo com os alunos que ingressam pelas vagas universais, possamos construir uma política estratégica de acompanhamento pedagógico, institucional e que trate, também, da qualidade de vida desse aluno, principalmente, a acadêmica.

Não é interessante nem para a universidade, nem para os alunos, que seja feita uma política de acompanhamento paliativa e que dure pouco tempo e, nem mesmo, que seja algo restrito aos alunos cotistas que são o público prioritário no momento. Esse debate perpassa toda a qualificação dos quadros da universidade, discute o como a UFRGS vai se portar diante desse novo cenário que as ações afirmativas trazem: alunos diferentes, com culturas de formação educacional distinta daquela que o ensino superior, historicamente exigiu, entre outros elementos.

No conjunto de dados trazidos pelo coordenador do Conselho de Graduação da Escola de Engenharia, Rodrigo Peroni, sobre o rendimento acadêmico dos alunos cotistas e não cotistas, no período de 2008/01, 2008/02 e 2009/01, podemos notar que, conforme o curso, tendo em vista que a escola de engenharia contempla 12 cursos, o rendimento dos alunos cotistas oscila. Esse aluno que tem um rendimento parecido com os não cotistas em Engenharia Civil e de Materiais e, entretanto, em outros cursos, como Engenharia Elétrica e Engenharia de Minas, apresenta uma diferença significativa na porcentagem de aprovação entre os alunos, sendo que os cotistas ficam bem abaixo dos não cotistas.

Ficou evidente que este é um levantamento preliminar feito a partir de uma variável, no caso, a média de aprovação, e que outros elementos explicam os números então apresentados, como as desistências por inúmeros motivos por parte dos alunos. Entre outros, um desses elementos é a comparação entre aqueles alunos que entram pelas vagas universais no primeiro semestre com aqueles cotistas que entram em segunda chamada. Porém, o interessante foi perceber que, até mesmo dentro da Escola de Engenharia, há cursos em que o equilíbrio de aprovação é grande e, em outros, há uma defasagem maior dos alunos cotistas.

A avaliação estatística de aprovação e rendimento irá oscilar muito de acordo com o curso. Então, um dos papéis da comissão 'ad hoc' de avaliação é entender as razões que levam alguns cursos a terem um diagnóstico negativo e propor ações para essas áreas. Existem tendências que estão se desenhando, por exemplo, a área das ciências exatas deve ser um foco de maior dificuldade para os alunos cotistas, tendo em vista que, historicamente, o alunado encontra problemas de aprovação nesses cursos, portanto, não seria agora que isso mudaria. Também nos cursos em que os materiais vinculados às aulas práticas são caros ou de difícil acesso para o aluno, a tendência é que ele enfrente maiores problemas em disciplinas específicas.

O início do encontro da CAAPAA do dia 13/10/09 foi marcado por um breve relato feito pelas pessoas que estavam na primeira reunião da comissão 'ad hoc' de avaliação. Também ocorreu uma referência ao encontro da Comissão com o professor Nílton Reis, da Universidade Federal de Goiás, já mencionado em outro momento desse trabalho. Ainda nos comentários introdutórios, a professora Ruth Sabat solicitou a palavra para dizer que, em função de suas atividades na organização de um seminário do programa Conexões e Saberes, estava impossibilitada de participar das reuniões da CAAPAA e, por isso, pedia sua substituição na Comissão. O mesmo ocorreu com a servidora vinculada ao SAE e indicada pela administração central para fazer parte da CAAPAA, Luciane Bello, que pediu afastamento para concluir o mestrado e também precisou ser substituída.

Então, foi noticiado que o orçamento para 2010 da assistência estudantil estava para ser fechado e que precisaríamos incluir, nesse planejamento, todas aquelas atividades que a Comissão entenda serem interessantes. Algumas idéias foram trazidas, como a compra de mais livros em todas as áreas, a organização de um seminário nacional sobre ações afirmativas, no ano de 2010, a confecção de materiais impressos para divulgação externa das políticas afirmativas e outro com informações sobre direitos e políticas de auxílio e permanência para entregar ao aluno que ingressa na universidade.

Porém, a idéia mais importante e ousada que iremos encaminhar para o orçamento de 2010, é a criação de vinte grupos de apoio pedagógico, formados por um professor bolsista e quatro monitores também bolsistas. Esses grupos serão formados por área de conhecimento e a escolha dos professores será por seleção feita com edital e depois, uma comissão também formada por professores de cada área irá selecioná-los.

Logo, a técnica em assuntos educacionais, Michele Barcelos Doebber, que é membro da comissão 'ad hoc' de avaliação, fez uma apresentação que tratou do modelo de políticas afirmativas adotado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Nesse Estado, a garantia de reserva de vagas é assegurada legalmente por legislação estadual. A busca de outras experiências é a tentativa que a CAAPAA começa a fazer na busca de ações que possam ser implementadas na UFRGS.

Essa iniciativa provocou um debate novo entre os participantes da reunião. Pela primeira vez, debateu-se teoricamente sobre questões mais amplas referentes ao conceito de raça e racismo. Discutiu-se, também, acerca dos modelos de ações

afirmativas adotados no Brasil, sobre a diferença entre se ter uma legislação que legitime e obrigue o Estado a investir em tais políticas e ter somente uma resolução interna da universidade que implanta a política, como é o caso da UFRGS. Nesse breve debate, percebeu-se que há a necessidade de multiplicarmos o estudo sobre o tema de ações afirmativas e sobre a noção de raça na construção social e cultural do Brasil. Há, por parte da gestão da universidade, uma boa vontade para que a política afirmativa dê certo, porém não há uma apropriação teórica que permita que o conjunto do corpo administrativo e docente da universidade assumam essas novas condições que os espaços acadêmicos, devido à adoção das políticas afirmativas, vêm apresentando.

A principal demanda debatida e encaminhada no encontro do dia 11/11/09 foi a construção de dois projetos, um vinculado à retenção da evasão e outro à formação de grupos de apoio pedagógico por área. A criação desses grupos de apoio acadêmico foi bastante discutida pela Comissão, e os primeiros encaminhamentos indicaram que seis áreas serão contempladas (português, cálculo, física, química, informática e inglês). Cada grupo terá um professor coordenador que receberá uma bolsa de mil reais, um tutor bolsista REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) da pós-graduação da área específica e quatro monitores alunos bolsistas da graduação.

A bolsa do professor virá de um convênio da PROGRAD com a FAURGS (Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul); as bolsas do Reuni serão as que a pós-graduação vem recebendo normalmente, e as bolsas dos alunos da graduação serão pagas pela SAE (Secretaria de Assistência Estudantil). A seleção dos professores coordenadores será feita por edital de projeto, e as atividades estão previstas para começar em março ou abril de 2010. A inovação feita na reunião foi a de acrescentar um tutor bolsista Reuni da pós-graduação no grupo de apoio pedagógico. Isso se deu pelo fato de que essa modalidade de bolsa, tanto de mestrado, como de doutorado, prevê a obrigatoriedade de que o bolsista desenvolva atividades vinculadas à graduação. Assim, entendemos que ele, ao participar das aulas e oficinas desse projeto de apoio pedagógico, cumprirá tal prerrogativa.

A CAAPAA dedicou a maioria do tempo da reunião para discutir detalhes do programa de apoio acadêmico por área, questões como a inscrição dos alunos para participar desses grupos, a carga horária semanal, o dia das atividades e que materiais seriam necessários incluir no orçamento do programa (computadores, material didático

de inglês, entre outros). Ficou decidido que os alunos ingressantes e que entraram pela reserva de vagas terão prioridade nas inscrições para participar das aulas e oficinas do programa e que, conforme a disponibilidade de vagas, essas poderão ser ocupadas por alunos que ingressaram pela modalidade universal. Já o projeto de retenção da evasão não foi debatido de modo mais detalhado, mas se decidiu que terá dez grupos também coordenados por professores que ganharão bolsa para tal e serão selecionados por edital.

A construção desses programas marca mais uma conquista que a comunidade acadêmica e, principalmente, as pessoas envolvidas no estudo e na militância relacionados às ações afirmativas, obtêm no cotidiano político que envolve a gestão da universidade e os interesses dos estudantes e dos movimentos sociais. Há uma constante ocupação de espaço de diálogo, embora lenta, por vezes, mas os últimos avanços têm demonstrado que isso vem ocorrendo com mais frequência.

No encontro de 26/11/09, tratou-se basicamente do aperfeiçoamento e do encaminhamento do projeto de apoio pedagógico que será implementado a partir do primeiro semestre de 2010. Com o nome de PAG (Programa de Apoio à Graduação), o programa será construído a partir de sete grupos de trabalho divididos por área, são elas: cálculo, estatística, física, química, português, inglês, informática. Ficou definido que cada grupo terá sete membros, um professor coordenador, dois bolsistas REUNI da pós-graduação e quatro bolsistas da graduação. O que mudou do projeto discutido na reunião anterior foi o acréscimo de mais um grupo para a disciplina de estatística e, também, o acréscimo de mais um bolsista de pós-graduação por grupo. As unidades das áreas já se encontraram com a PROGRAD, em um primeiro contato e irão apresentar seus projetos de oficinas e aulas que serão realizadas, aos sábados, na UFRGS.

Esse programa pretende dar um suporte mais concreto aos alunos que reprovam e encontram dificuldades em algumas disciplinas. Quando forem definidos os componentes desses grupos por disciplina, essas pessoas irão se encontrar com os membros da CAAPAA que, juntamente a PROGRAD, construirão esse programa. O encontro será para que os professores coordenadores e os bolsistas se inteirem do propósito inovador desse projeto e para que os responsáveis pelo programa demarquem algumas orientações gerais para o êxito dos trabalhos.

Outro programa piloto será experimentado na Faculdade de Matemática onde, por iniciativa de uma professora, ocorrerá uma espécie de intensivo, durante o mês de janeiro, para aqueles alunos que obtiveram conceito D em alguma disciplina e gostariam

de rever essa nota. Então, eles se inscreverão para esse intensivo de verão e sua nota D não será registrada até que termine esse processo, que culminará em uma nova avaliação. Será uma espécie de recuperação para os alunos que simplesmente seriam reprovados com D.

Esse foi o último encontro do ano e da CAAPAA e, pelo prazo do nosso trabalho, não iremos mais relatar aqui as reuniões futuras. O que é possível afirmar é que, o segundo semestre de 2009 foi marcado por um avanço dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, apesar de não ser algo ainda muito concreto, desenvolveu-se uma relação entre os funcionários que trabalham diretamente com os alunos e a gestão da universidade. Projetos foram construídos, projetos foram levados adiante, e pontos até então relegados, como eventos vinculados às ações afirmativas, foram realizados e, segundo planejamento, serão prioridade para o próximo ano.

O trabalho que fica para 2010 é muito maior do que o já feito, mas vislumbramos mais conquistas nos semestres seguintes, os alunos de escolas públicas, os negros e os índios que estão ingressando na UFRGS devem encontrar um espaço cada vez mais fecundo para fazer valer o direito de estar na universidade e ter um papel de protagonismo.

#### **4.3 - Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas**

A primeira reunião da Comissão 'Ad hoc' de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas ocorreu no dia 03/10/2009, na sala do SAE (Secretaria de Assistência Estudantil). O encontro teve uma introdução do vice-reitor Ruy Vicente Opperman que, em sua fala, destacou os principais objetivos da comissão de avaliação e explicou o quão estratégico e importante será o trabalho a ser realizado por seus componentes. As primeiras falas dos componentes da Comissão foram no intuito de frisar que os passos iniciais devem ser de cunho quantitativo, isto é, devemos buscar os dados que a UFRGS possui em relação aos alunos de um modo geral, cotista ou não, para fazermos paralelos e comparações, buscarmos taxas e proporções.

O professor Jair Ferreira, da Faculdade de Medicina, trouxe um esboço de projeto de levantamento de dados que foi apreciado pela Comissão. Com alguns refinamentos e adendos, o projeto, que se caracteriza por ser um orientador na busca por dados brutos e gerais, foi encaminhado aos setores administrativos da UFRGS para que, na próxima reunião, os dados sejam disponibilizados para a Comissão. Uma funcionária do corpo técnico, capacitada para a busca de dados no sistema, fez um breve relato sobre como pode ser conduzida a busca das informações, e o projeto de levantamento de dados, construído pela Comissão de Avaliação, foi entregue a ela.

Portanto, o primeiro passo nesse começo do processo avaliativo das ações afirmativas da UFRGS será o levantamento de dados de ingresso, de inscrição, de matrícula, de desistência e de rendimento. Inicialmente, os números serão gerais, de toda universidade, depois serão estratificados por área de conhecimento e, logo, por cursos. Isso porque é iminente que as diferenças serão significativas entre cursos, aqueles de mais difícil acesso e de históricos índices de desistências irão apresentar cenário distinto daqueles onde as médias de entrada são medianas, e as taxas de abandono são menores.

Em uma das nossas intervenções, indagamos sobre qual o tempo que a instituição dará a essa Comissão para que seja feita a avaliação, já que a parte quantitativa dá-se razoavelmente rápido, mas a qualitativa demanda um tempo maior. Então, a pró-reitora de graduação e o vice-reitor expuseram que, pelo menos até o final do ano, seria interessante que a parte do levantamento quantitativo dos dados e as comparações e cruzamentos estatísticos fossem feitos e, se possível, já com uma primeira análise desses dados.

Tendo em vista que a reunião se deu em outubro e o fim do semestre letivo de 2009 estava próximo, os trabalhos de segundo momento, quais sejam, os qualitativos advindos das indagações subjetivas levantadas a partir dos dados, poderiam ser desenvolvidos no semestre seguinte, ou seja, no ano de 2010. A partir do momento em que os dados forem chegando, e alguns desenhos se esclarecerem por área e curso, o diagnóstico de problemas e de dificuldades irá se desenvolver e proposições já poderão ser encaminhadas à CAAPAA.

Estamos de acordo com o vice-reitor que salientou a importância dessa atividade que começa a ser realizada na Comissão de Avaliação. É necessário fazer um trabalho o quanto antes para que, ao chegarmos ao final dos cinco anos, que é o previsto na

resolução que implanta as ações afirmativas, possamos olhar para trás e não nos arrependermos, enquanto sujeitos políticos. E a UFRGS, enquanto gestão, de não ter tomado medidas pontuais e estruturais para que as políticas de ações afirmativas obtivessem resultados os melhores possíveis, para os alunos, para UFRGS e para a sociedade em geral.

Mencionamos a sociedade como um todo porque, com o passar dos anos de implantação de ações afirmativas nas universidades brasileiras, tem se percebido um fenômeno interessante. As pessoas que tentaram, algumas vezes, ingressar no ensino superior e não conseguiram, ou aquelas que não vislumbravam poder ingressar na universidade, a partir do fenômeno de reserva de vagas, percebem uma possibilidade concreta de acessar o ensino superior e, por isso, inclusive, preparam-se mais para os processos de seleção. Têm-se vários exemplos, nos últimos vestibulares, no Brasil, em que as médias das notas daqueles que entram por cotas são maiores do que as daqueles que entram através das vagas universais.

Na Universidade Estadual do Norte Fluminense<sup>15</sup>, por exemplo, no vestibular de 2003, a média da maior nota do aluno não cotista que entrou no curso de Ciências Sociais é 52,5 e a do aluno cotista negro é 55,5, portanto, o aluno que ingressou pelas cotas entrou com uma nota maior no vestibular. Esses casos se repetem em outros cursos e em outras universidades; a implantação de uma política afirmativa é um primeiro momento de um conjunto de eventos necessários para que a comunidade acadêmica e a sociedade compreendam as mudanças que tais políticas podem provocar.

Sugerimos a referência citada na nota de rodapé, na reunião da Comissão de Avaliação, pois o livro traz muitas experiências de avaliação das políticas em diferentes universidades brasileiras e pode nos auxiliar nesse trabalho, para, inclusive, não precisarmos formular um padrão de avaliação, pois nele há exemplos para operacionalizar e aperfeiçoar o trabalho, até pela questão do tempo que está posta.

O encontro da Comissão de Avaliação do dia 23/10/09, ocorreu na sala 323, do anexo I da reitoria, onde tínhamos um telão ligado a um computador com um programa para acesso a todos os dados da universidade, principalmente, os referentes ao

---

<sup>15</sup> Dados retirados do livro *Cotas raciais no Brasil: uma primeira avaliação*, organizado por André Augusto Brandão. (2007, p. 59).

vestibular. Em um primeiro momento, buscamos responder às questões colocadas em um projeto estabelecido na reunião anterior, que priorizava buscar dados gerais para fazer a comparação entre os vestibulares anteriores à implantação das ações afirmativas e os feitos já com essa política.

Então, com auxílio de uma funcionária da universidade e de um programa de cruzamento de dados, começamos a nos familiarizar com os números de inscrições, separar os alunos por perfil, segundo sua escolarização, separá-los segundo a cor da pele (dado esse que é preenchido pelo aluno no formulário de inscrição), depois comparar com os números de aprovados e de ingressantes. Conseguimos construir as primeiras taxas e índices, as porcentagens de cada perfil de aluno que vem ocupando as vagas na universidade, entre outros dados gerais.

Vamos trazer alguns dados ilustrativos e curiosos como exemplo, além dos mais específicos sobre a nossa pesquisa e comentar o conteúdo do debate da reunião que os envolve e que entendemos mais pertinentes. O número de candidatos inscritos no vestibular da UFRGS tem diminuído significativamente nos últimos anos (Em 2003 eram 44.501 inscritos, esse número passou para 40816, em 2006, e para 34.555, no vestibular de 2009)<sup>16</sup>. Esse é um dado importante para se pensar o falso discurso de que a demanda pela UFRGS é cada vez maior e que, por isso, a reserva de vagas quebraria a lógica de somente receber os melhores alunos, aqueles mais bem preparados.

A argumentação que predominou na reunião em relação à diminuição das inscrições para o vestibular foi a citação de alterações na conjuntura educacional, já que, nos últimos anos, as vagas no ensino superior aumentaram em todo Brasil, as universidades têm chegado ao interior do estado, o ensino à distância cresce com muita velocidade, o ensino técnico também vem abrindo vagas e programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) prevê bolsas de estudos totais ou parciais em cursos de graduação nas instituições particulares. Essas mudanças causam impactos e seriam as principais razões da diminuição na procura pelo vestibular na UFRGS. Outra explicação plausível é a de que o número de alunos que está se formando no ensino médio vem diminuindo do Rio Grande do Sul, tanto em instituições públicas, como nas particulares, e isso também é um elemento que influencia na procura pela vaga na UFRGS.

---

<sup>16</sup> Cadernos do Vestibular da UFRGS 2009, página 09.

Uma conclusão preliminar que obtivemos foi que o número de alunos egressos de escola pública, que se inscreve no vestibular, não se modificou estatisticamente com a implantação das ações afirmativas, segue praticamente o mesmo dos anos anteriores. Já o número de alunos pretos e pardos cresce significativamente nos anos com a política já adotada. Em compensação, apesar de o número de inscrições de alunos oriundos de escola pública não se alterar com as cotas, a aprovação desses mesmos alunos aumentou quase 70%, ou seja, muito mais alunos de escola pública estão entrando na UFRGS devido à reserva de vagas.

Sobre a proporção de alunos aprovados, provenientes de escolas públicas, em relação ao geral, temos 31% em 2007, 49% em 2008, e 47% em 2009. Portanto, com a reserva de vagas, estamos chegando a um universo em que quase metade dos alunos que ingressam na UFRGS são oriundos de escolas públicas ou cursaram quase a totalidade de sua escolaridade nas mesmas.

Nesse encontro de 29/10/09, continuamos o exercício de entender os processos e os números que envolvem o vestibular. Nesse universo, estão as inscrições e as aprovações. Procuramos organizar uma tabela para simplificar os dados e priorizarmos as informações mais importantes. O fato de, cada vez mais, um número menor de pessoas procurarem a UFRGS tomou novamente um tempo importante da reunião, pois as razões desse fenômeno podem ser várias e decidimos buscá-las mais concretamente. Vamos acessar o número de formandos de ensino médio nos últimos anos, o número de bolsas do PROUNI da região metropolitana de Porto Alegre, entre outras informações, para compreendermos melhor essa questão. Uma professora, que é membro da Comissão, ficou responsável por essa tarefa.

Então, passamos a afunilar a busca por números e nos deter nos que envolvem os alunos que se identificam, no formulário do vestibular, como pretos ou pardos e naqueles que se inscrevem pela reserva de vagas e se autodeclararam negros. Traremos alguns números para ilustrar o fenômeno que ocorre na UFRGS e iremos fazer a comparação entre o ano de 2007 (quando não havia ações afirmativas) e os dois anos seguintes (2008 e 2009), quando a política já estava implantada. Considerando os candidatos que se identificaram como pretos e pardos, no formulário de inscrição, independente de seu histórico escolar e do fato de terem disputado a reserva de vagas, temos que, em 2007, foram aprovados 265 candidatos em um universo de 3530

inscritos. Em 2008, temos 615 aprovados em 3862 inscritos e, em 2009, temos 620 aprovados em 4029 inscritos.

Esse dado nos mostra que cresce significativamente o número de alunos pretos e pardos aprovados com a adoção da reserva de vagas na UFRGS. Agora vamos levar em conta o número de pretos e pardos que estudaram todo seu ensino médio em escola pública, ou seja, consideramos apenas as informações do formulário de inscrição, nesse caso, o pertencimento étnico e a escolaridade. Em 2007, temos 137 alunos aprovados com esse perfil, em 2008, esse número cresce para 473 e, em 2009, é de 443. As ações afirmativas causam um impacto positivo no ingresso de estudantes autodeclarados pretos e pardos<sup>17</sup>.

Portanto, no ano de 2008, por exemplo, dos 615 pretos e pardos aprovados, temos 473 que cursaram todo o seu ensino médio em escolas públicas. Afunilando ainda nosso universo, vamos analisar agora o aluno que se inscreveu solicitando a reserva de vagas e se autodeclarando negro. Em 2008, tivemos 361 alunos que obtiveram aprovação em 1ª opção, em um universo de 1355 inscritos para cotas raciais e, em 2009, tivemos 305 aprovados em 1427 inscritos. Dos 361 alunos que foram aprovados no ano de 2008, 295 ingressaram por cotas<sup>18</sup>, o restante entrou por outra modalidade e, no ano de 2009, dos 305 alunos aprovados, apenas 231 ingressaram por cotas<sup>19</sup>, o restante também ingressou ou pelo modo universal, ou por reserva para alunos de escola pública.

Podemos notar que há um funil que começa desde a divulgação do vestibular e das ações afirmativas, passa pelo processo seletivo e suas inúmeras etapas eliminatórias (excludentes) e culmina no conjunto burocrático de comprovação de escolaridade, de adequação a prazos de matrícula e a viabilidade de começar a cursar a universidade. Esses dados são para ilustrar o conteúdo que temos debatido nas reuniões da Comissão de Avaliação das políticas afirmativas da UFRGS. Estamos dividindo as tarefas entre os membros da Comissão para aperfeiçoarmos o trabalho e passarmos para outra fase da avaliação, que sai um pouco do universo do vestibular e entra no do desempenho dos alunos, suas áreas do conhecimento e seus cursos específicos.

---

<sup>17</sup> Estamos usando a linguagem “pretos e pardos” por ser a mesma que consta no formulário de inscrição, preenchido pelos alunos ao se candidatarem no vestibular.

<sup>18</sup> Dados retirados também dos Cadernos do Vestibular da UFRGS 2008 e 2009 publicados pela COPERSE pela editora da UFRGS.

<sup>19</sup> Cadernos do vestibular da UFRGS de 2008, página 27 e o de 2009, página 29.

Além da preocupação com a grande diminuição do número de candidatos do vestibular da UFRGS, que está nos levando a pesquisarmos mais detidamente essa questão, outro tema tem causado inquietações. O fato de que os alunos de algumas escolas públicas de Porto Alegre, como o Colégio Militar, o Colégio de Aplicação e o Colégio Tiradentes têm monopolizado o acesso no processo do vestibular, e tem-se a preocupação de que esses estudantes ocupem grande parcela das vagas da reserva para alunos oriundos de escolas públicas. Então, foi solicitado para que a vice pró-reitora de graduação traga-nos os números relativos a esse fenômeno, ou seja, quantos alunos dessas escolas têm ingressado por cotas e quantos pela modalidade universal.

O encontro do dia 05/11/09 foi marcado basicamente por dois momentos: o primeiro foi de análise de materiais trazidos por alguns membros da banca, que compilaram dados solicitados na reunião anterior. O professor Jair Ferreira, membro da Comissão, organizou o material que tínhamos desenvolvido nos outros encontros e construiu, estatisticamente, os primeiros indicadores para a avaliação do impacto da reserva de vagas na inscrição de candidatos no vestibular e no ingresso na UFRGS dos grupos atendidos pelas cotas.

A vice pró-reitora de graduação apresentou os números do concurso vestibular de 2009, que especificam as escolas que mais aprovam, tanto por cotas, como pelo critério universal. E outra professora membro da banca trouxe os dados do ensino médio público do Rio Grande do Sul, pois havia certa curiosidade sobre esses números pelo fato de as inscrições no vestibular estarem diminuindo e, também, por não haver um aumento nas inscrições de alunos oriundos de escola pública com a implantação da reserva de vagas.

O segundo momento do encontro foi marcado pelo debate sobre o rumo a ser dado ao processo avaliativo, haja vista que entraremos no universo dos cursos para chegarmos à questão do rendimento dos alunos. Para visualizarmos o impacto das políticas afirmativas nos cursos tínhamos dois caminhos a tomar, um seria dividir os cursos por áreas do conhecimento e outro era dividi-los por densidade, isto é, pela competitividade dos cursos na seleção. Como se trata de um universo de dados muito grande, a comissão decidiu priorizar a questão da densidade, depois se analisaria o caso das áreas do conhecimento.

Entendemos que, para se avaliar o programa de ações afirmativas, a questão da densidade, que define a dificuldade de o aluno ingressar na universidade, é fundamental

no primeiro momento, porque a questão é verificarmos se a reserva de vagas está se materializando, ou seja, se realmente os alunos de escolas públicas e negros estão ocupando os espaços que, historicamente, não ocuparam.

Sabemos, por constatações preliminares que, nos cursos mais concorridos, como no caso da medicina, os alunos negros ainda não ocupam as vagas destinadas a eles pela reserva, isso ocorre também no caso do direito diurno. Esse é um momento em que, com o dado concreto sendo visualizado pela Comissão e pela comunidade acadêmica, podemos problematizar a forma como a política está sendo desenvolvida e discutir quais os elementos históricos e sociológicos que circundam a elitização de certos cursos, entre outras demandas.

Na reunião de 19/11/09, definimos como seria a divisão dos cursos por densidade (concorrência para ingressar no curso) e por área de conhecimento (humanas, exatas e da vida) para verificarmos o impacto das ações afirmativas. Dividimos em três grupos também a densidade: 22 cursos de baixa densidade, 21 de média densidade e 22 de alta densidade. Analisamos em quais cursos há maior impacto da política de cotas, ou seja, quais os cursos em que as vagas oferecidas são realmente ocupadas, quais os mais procurados por quem se inscreve por reserva de vagas, análise feita através de grupos de cursos divididos por densidade e áreas do conhecimento.

Encaminhamos o pedido desses dados específicos na mesma forma de questionário que fizemos anteriormente para a técnica administrativa que auxilia a Comissão de Avaliação. Em outro momento da reunião, tivemos como pauta assuntos abrangentes, incluindo um debate sobre o modelo de cotas adotado pela UFRGS, algo nunca discutido nessa Comissão. Ainda dialogamos sobre o fato ímpar de o Colégio Militar que, apesar de ter grande financiamento, seleção para entrar e particular qualidade é considerado público e, com isso, seus alunos podem concorrer pelas cotas. Esse fenômeno permite que seus alunos entrem em grande quantidade na UFRGS, tanto pelas cotas, como pela modalidade universal e, assim, corre-se o risco de que alunos cuja família tem uma renda bastante alta, com condições de vida privilegiada estejam entrando em vagas reservadas hipoteticamente para alunos com perfil popular.

Por fim, ainda na busca de elementos para compreender o porquê de o número de candidatos ao vestibular da UFRGS ter diminuído significativamente nesses dez anos recentes, tivemos acesso ao número de bolsas parciais e totais que o programa PROUNI (Programa Universidade para Todos) tem oferecido no Estado do Rio Grande do Sul

nos últimos três anos. Em 2007, foram 10.038 bolsas, em 2008, foram 10.035 e, em 2009, tem-se um salto para 14.198 bolsas. Temos um importante dado, nos dois primeiros anos, o número de bolsas PROUNI foi duas vezes maior que o número de vagas que a UFRGS oferece no vestibular e, em 2009, esse número de bolsas PROUNI é três vezes superior.

A relevância desses dados aumenta, se lembrarmos que o público com bolsa do PROUNI é o mesmo que é contemplado pela reserva de vagas na UFRGS, alunos de escola pública e, também, há uma porcentagem de bolsas do PROUNI para autodeclarados negros. Uma significativa parcela desse público alvo que estaria concorrendo ao vestibular da UFRGS encontrou outro meio de cursar o ensino superior através da seleção feita pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que classifica para ganhar as bolsas do PROUNI nas instituições particulares.

Em 18/12/09, ocorreu a última reunião do ano da Comissão de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. No encontro, tivemos acesso ao questionário que divide os cursos da universidade por densidade (dificuldade de ingresso) e analisa quais são as taxas e proporções referentes aos alunos oriundos de escolas públicas e alunos autodeclarados negros, comparando os anos de 2007 com 2008 e 2009.

Percebeu-se que as cotas têm impacto nos três grupos de cursos, de baixa, média e alta densidade e que as chances de ingresso e as aprovações de alunos de escolas públicas e de alunos autodeclarados negros aumentam realmente com a reserva de vagas. O salto mais significativo nota-se nos cursos de alta densidade pelo fato de serem cursos em que, historicamente, poucos negros e estudantes de escolas públicas ingressavam. Ainda há pouco ingresso de alunos negros em cursos peculiares, como direito e medicina, no entanto, no geral, há um maior número de alunos desse perfil nos cursos de alta competitividade.

Os dados são volumosos e a primeira etapa de avaliação das políticas de cotas começa a chegar ao final. Essa etapa se resume a entender o processo de seleção do vestibular, o universo de inscritos e aprovados e seus perfis. Ainda haverá uma reunião em janeiro de 2010, mas até tal data nosso trabalho deve estar concluído. A segunda etapa da avaliação, que tratará do desempenho dos alunos divididos por área de conhecimento, realizar-se-á no primeiro semestre de 2010.

Chegado o fim do ano de 2009, o tempo para finalizarmos a presente dissertação começa a se esgotar e é evidente que as reuniões de ambas as comissões sobre as quais estamos tratando terão continuidade. Logo, não poderemos seguir fazendo aqui os relatos e as análises que gostaríamos; fato que mostra o tom essencial de processo dinâmico do nosso fenômeno de pesquisa. Continuaremos participando das reuniões e construiremos, juntamente com a Comissão de Avaliação, um relatório avaliativo que deve estar pronto no primeiro semestre de 2010. Muitas coisas que ainda iremos acessar, do ponto de vista da informação específica, complementaríamos alguns dados preliminares trazidos na dissertação, mas temos consciência desse limite da empiria no trabalho.

É de fundamental importância destacar – e fizemos questão de chamar atenção – que nossos relatos e comentários são de quem está participando de um processo político de avaliação como pesquisador e militante que procurou trazer um esboço genérico de como este processo estava ocorrendo. O que está escrito nesse trabalho é de nossa inteira responsabilidade e não tem absolutamente nada de comum com o relatório final que a Comissão de Avaliação, juntamente com a CAAPAA, irá construir sobre as ações afirmativas em nome da e para a UFRGS. Por essa razão, não trouxemos aqui nenhum dado específico e catalogado formalmente pela Comissão de Avaliação e nem anexaremos as planilhas e tabelas que lá foram construídas, pois esses dados volumosos estarão no relatório final.

Preocupamo-nos em citar e elucidar somente informações gerais, de caráter preliminar e abrangente, que estão no site da UFRGS e, principalmente, nos Cadernos do Vestibular de 2008 e 2009, publicados pela COPERSE (Comissão Permanente de Seleção). Estes dados são públicos e também se fazem necessários para que o leitor do trabalho compreenda a lógica dos relatos e da pesquisa. A seqüência linear dos relatos por data foi o modo mais didático que encontramos para que o leitor acompanhe o desenvolvimento das atividades com clareza cronológica e a linguagem utilizada, por vezes, pairou ao coloquial; assim, a narrativa foi a parte desafiadora do trabalho.

Algumas informações que constam nos relatos das reuniões ficam sem resposta nos encontros seguintes pelo simples fato de que outros rumos foram tomados, as prioridades se modificaram e as demandas, que pareciam centrais em momentos específicos das reuniões, depois eram relegadas a segundo plano ou até esquecidas. O propósito de trazer esses relatos e de participar de todas as atividades que envolviam as

ações afirmativas é o de realmente compreender esse fenômeno que vem se dando de modo muito particular na UFRGS.

Um elemento importante percebido nos dois primeiros anos de cotas na UFRGS é que os cursos mais procurados e onde mais entram alunos pela reserva de vagas de autodeclarados negros são os cursos noturnos. Por exemplo, em 2008, ingressaram 09 alunos negros em Administração, 20 em Ciências Contábeis e 10 em Direito. Em 2009, ingressaram 14 alunos negros na Administração, 18 nas Ciências Contábeis e 09 em Direito e em Ciências Sociais, todos em cursos noturnos. Esse fenômeno caracteriza um perfil de candidato que precisa trabalhar e busca o ensino superior no período da noite, o que materializa a dialética raça-classe. Entende-se aqui a dimensão de classe como classe trabalhadora.

Uma política afirmativa que, apesar de repleta de contradições, vem trazendo à tona um debate muito caro para nós que é o direito do povo negro no Brasil conquistar políticas públicas e lutar por garantias constitucionais como fazem as comunidades remanescentes de quilombos. Este é um passo essencial no confronto político, mas acompanhar como se materializam as políticas e quais os empecilhos que existem para que elas alcancem seus reais objetivos é também uma prática fundamental. Essa atividade precisa ser cumprida pela academia, através da pesquisa, e pelos agentes políticos dos movimentos sociais, que são os representantes de um projeto alternativo de sociedade.

## **5. Algumas conclusões**

A busca desse trabalho foi a de entender o como está se desenvolvendo a implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, sendo essa a problemática da pesquisa. Para isso, deparamo-nos com a necessidade de participar não somente de grupos de estudo sobre o tema, mas essencialmente dos espaços políticos em que se decide o rumo que a universidade dará para a referida política. As comissões institucionais representam esses espaços.

Entender como se dá um processo complexo como esse não é uma tarefa simples que se resolva somente estando envolvido com o universo das decisões. Por isso, o que trazemos nessa pesquisa, através dos relatos e das análises, é uma aproximação possível, um olhar acerca da dinâmica conturbada de uma universidade que começa a desenferujar sua engrenagem ao ser ocupada por agentes sociais, diferentes daquele perfil tradicional do aluno branco e de classe média alta.

Ao se desenhar outro mosaico, ainda de modo tímido, as tonalidades diversas não trazem consigo só beleza, mas, principalmente, outras perspectivas para dentro da universidade. As ações afirmativas possibilitam que representantes das camadas populares e dos movimentos sociais tenham voz e vez no espaço da produção do conhecimento e, para que isso se materialize e tenha continuidade, é fundamental compreender e participar da conjuntura que envolve o fenômeno social, e esse foi o objetivo central desse trabalho.

Durante o processo de pesquisa, principalmente durante a ida a campo no ano de 2009, vivemos momentos bastante distintos, situações marcadas por certo marasmo político e outras, pelo contrário, caracterizadas por tensões acaloradas. Com a adoção de políticas afirmativas na UFRGS, é inegável que outro cenário começou a se desenhar no meio acadêmico e na sociedade que, de certa forma, está envolvida nesse processo; a comunidade negra, os estudantes secundaristas, os diretórios acadêmicos e os movimentos sociais populares.

O fato sociológico de existir a reserva de vagas para alunos egressos de escola pública e autodeclarados negros na nossa universidade não tem se resumido a garantir algumas vagas para aqueles que, historicamente, não as ocupariam. Também tem provocado o debate sobre o racismo de modo cada vez mais intenso, e isso não é um mérito simbólico que somente a política de cotas carrega, mas é também fruto de um conjunto de demandas históricas do Movimento Negro. Este inclui a questão das comunidades quilombolas, que abrange a temática da religiosidade de matriz africana, que envolve o debate sobre a juventude das grandes periferias, temas esses que estão entrando com força no meio acadêmico e político do nosso país.

Essa fala otimista não é ingênua, ela é fruto de observações e experiências que temos passado e que vêm mostrando que sem pressão, não só política combativa, mas essencialmente intelectual, é muito difícil mudar algumas premissas, principalmente, em instituições conservadoras como são as universidades brasileiras de um modo geral.

Através da demonstração de preparo de militantes sociais envolvidos e de intelectuais engajados é que a gestão, seja ela governamental ou técnica e administrativa, das instituições tem se dobrado e admitido a necessidade de transformar a lógica meritocrática e ultrapassada desses espaços.

A oportunidade de debatermos tal conteúdo na UFRGS deu-se quando o fenômeno da avaliação das cotas se tornou uma obsessão para parte da gestão e da comunidade acadêmica. Quando começamos a participar da CAAPAA (Comissão de Acompanhamento dos alunos do Programa de Ações Afirmativas), esse tema era recorrente, tanto que, como pode ser verificado no capítulo dos relatos das reuniões, até uma comissão de avaliação (da qual fizemos parte) foi criada.

Em nenhum outro momento da história da UFRGS, uma avaliação desse porte foi solicitada, porém, com a adoção da reserva de vagas apareceu essa demanda com força. Problemas de reprovação, de abandono, de evasão, de baixas notas, dificuldades em cursos específicos sempre existiram, mas, nos últimos dois anos, eles passaram a ser olhados com maior atenção, pois temos “cotistas” agora. Então, aumentou a preocupação com as notas da universidade em avaliações externas como o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e outros afins. A argumentação fundamental em defesa de uma avaliação do programa de ações afirmativas era a de que estava previsto na resolução que o implanta que tal processo dar-se-ia anualmente.

Esse é mais um dos equívocos que compõe a resolução 134/07, pois não se levou em consideração que os primeiros anos seriam ensaios de aperfeiçoamento. Dificilmente, poder-se-ia fazer uma avaliação criteriosa, tendo em vista que a implantação de uma política de caráter afirmativo, em um contexto como o da UFRGS, não se daria apenas com um “canetaço”. Teria de ser um processo gradativo exigindo ações conjuntas por parte da instituição, que envolvessem divulgação, adaptação ao processo seletivo do vestibular, acompanhamento qualitativo dos alunos (apoio pedagógico, financeiro, entre outros), fortalecimento da visibilidade da política e dos sujeitos que nela estão envolvidos.

Essas ações conjuntas não ocorreram no primeiro ano da política, e algumas delas esboçam se desenvolver no segundo, todavia, a avaliação começou a acontecer sem que pré-requisitos fundamentais existissem. Vivemos um processo, portanto, de implantação/aperfeiçoamento e de avaliação concomitantemente. Por isso, há

necessidade de se ter o cuidado de não atribuímos às ações afirmativas problemas e dificuldades que são históricos da universidade.

Por outro lado, a UFRGS vive uma situação de prestígio em nível nacional no que se refere às ações afirmativas, devido ao sucesso que o departamento jurídico da universidade vem tendo nas ações contra as cotas. Foi solicitada à reitoria a indicação de um professor (a) para representar a UFRGS em duas audiências no STF (Supremo Tribunal Federal), uma em fevereiro e outra, em março de 2010. As audiências públicas serão para que os ministros avaliem as argumentações favoráveis e contrárias às políticas de cotas de recorte racial nas universidades.

Com a indisponibilidade do professor José Carlos dos Anjos, que estará em Cabo Verde nas datas das audiências e seria um nome de consenso na Universidade, a reitoria indicou a professora Denise Jardim, do Departamento de Antropologia da UFRGS, para fazer a intervenção. Participamos de uma reunião chamada pelo GT Ações Afirmativas, grupo formado por alunos da graduação e da pós-graduação e professores, constituído antes da implantação das cotas na UFRGS, e que foi fundamental para que isso ocorresse.

Esse encontro foi chamado para debatermos a argumentação que a professora Denise Jardim apresentará na audiência pública no STF e para discutirmos, também, o atual momento das ações afirmativas na UFRGS. O encontro teve a presença de alunos e pesquisadores da área, do professor José Carlos dos Anjos, de um membro da CAAPAA e nossa, como membro da Comissão de Avaliação das Ações afirmativas na UFRGS. Durante o debate, nos detivemos mais em traçar as linhas gerais da argumentação a ser levada até os ministros do STF sobre a centralidade do recorte racial na construção de políticas de reserva de vagas nas universidades brasileiras.

Três elementos foram sintetizados para orientar a argumentação que será feita. São eles: 1 – As ações afirmativas e as políticas de Estado abarcando minorias e direitos humanos do ponto de vista antropológico; 2 – A promoção da cidadania no Brasil e as cotas étnico-raciais no marco do Estado democrático e plural da Constituição de 1988 e a construção de cenários para o futuro; 3 – As ações afirmativas e modos de inclusão nas universidades como parte da elaboração de conhecimento qualificado que aprimora o acesso à justiça, argumentando que as ações afirmativas promovem um ambiente anti-racista e não o contrário.

Outros elementos foram acrescentados no debate, e o trabalho será mais refinado com o acesso a outros materiais e outras reuniões, mas o encontro foi muito fértil para entendermos o processo pelo qual estamos passando e trocarmos experiências. Os processos judiciais que estão na Suprema Corte são encabeçados pelo partido DEM, Democratas, antigo Partido da Frente Liberal – PFL, que não aceita as cotas e entende que o Brasil é miscigenado, não tem uma sociedade racista e que as cotas iriam provocar o racismo.

Particularmente, não usamos como categoria analítica termos como: cidadania, Estado democrático de direito e inclusão que estão nas diretrizes acima retiradas da reunião, todavia, compreendemos que o contexto de julgamento do Superior Tribunal Federal - STF talvez contemple tal linguagem e levamos em conta que, para problematizarmos todos os significados que esses termos carregam, exigiria outra problemática de pesquisa.

Portanto, fazendo uma avaliação preliminar do cenário exposto na UFRGS, temos internamente alguns avanços referentes às políticas afirmativas. A gestão está mais envolvida, procedimentos práticos e iniciativas pequenas já estão acontecendo, mas tudo com base em uma pressão política constante que, por dentro dos trâmites da Instituição, está sendo feita. Historicamente, a UFRGS sempre resistiu muito à política afirmativa de recorte racial, a ponto de boicotar administrativamente muitas ações que tentavam promover o debate sobre o tema. Depois de implantada a política de cotas, a universidade não assumiu a política como uma prioridade que estava mudando o jeito de ser da Instituição, pelo contrário, a gestão resistia a dar visibilidade à política e a tudo que estava relacionado a ela.

Já externamente, a UFRGS constrói um prestígio a ponto de ser chamada para fazer a defesa das cotas de recorte racial no Brasil em audiência pública na suprema corte do país. A contradição colocada é que, somente agora, com esse reconhecimento, é que a administração central da universidade se dispõe a defender firmemente as cotas raciais já que a exposição exitosa interessa. Logo, é importante não confundir as coisas, a UFRGS foi chamada para fazer a defesa das cotas pelas vitórias judiciais que tem obtido nos processos que envolvem a política e não porque é um exemplo de implantação de uma política afirmativa de recorte racial. Ser referência jurídica não é sinônimo de ter compromisso político de construção de visibilidade e de qualificação da política afirmativa.

Esses contrastes não devem passar despercebidos pelo fato de que as relações políticas que circundam as ações afirmativas envolvem a gestão da universidade, envolvem, também, professores, pesquisadores e, principalmente, os alunos que estão entrando, que irão entrar ou já estão na Instituição. O DCE (Diretório Central dos Estudantes), inclusive, conseguiu, no meio do segundo semestre de 2009, através da justiça, acesso a dados relativos à política de cotas na UFRGS, os mesmos dados que a Comissão ‘ad hoc’ de Avaliação das Ações Afirmativas está acessando no seu trabalho. O fato de ter o DCE que pedir na Justiça esses dados demonstra o quão tensa é a relação entre os segmentos na universidade, onde ainda há, apesar dos avanços, um cenário de resguardo e de segredo sobre esse universo das cotas, e isso corrobora com idéia de que a UFRGS ainda não assumiu tal política de modo comprometido.

Os espaços de diálogo entre os movimentos sociais populares e a universidade não são criados pela Instituição como uma atividade de flexibilidade bondosa ao dividir o lócus do saber científico. Constatamos que é necessário que as pessoas vinculadas aos movimentos sociais populares, que pesquisadores e professores também engajados não só pressionem constantemente para que se criem esses espaços, mas que também ocupem cenários administrativos e de debates silenciados dentro das instituições, para que se desvelem muitas práticas que não comungam com interesses emancipatórios.

Por vezes, essas práticas são fruto de desconhecimento de causa por parte dos gestores, por vezes, pelo histórico conservador da estrutura institucional, mas também decorrem do fato de que muitas pessoas, contrárias aos movimentos sociais populares de todas as ordens, ocupam esses espaços de decisão política e, ao mesmo tempo, os fecham. Por isso, faz-se necessário que revisemos a postura, talvez histórica da esquerda, de privilegiar a luta combativa e reivindicatória e, também, demos atenção ao universo do embate intelectual que propõe um projeto alternativo para a vida das instituições, como é o caso de uma universidade como UFRGS.

O envolvimento com o universo administrativo da universidade possibilitou-nos perceber o quão distante está a consciência e o entendimento das pessoas que gerenciam o espaço acadêmico dos reais interesses da população brasileira que, historicamente, não ocupa os bancos do ensino superior. Nas comissões, os problemas apontados como prioritários eram muito mais de caráter burocrático e mereceriam resoluções paliativas; já às questões que diziam respeito a uma proposta de mudança da lógica meritocrática e elitista da universidade, pouco se dava atenção. Assim ocorria com o debate

fundamental, de fazer com que as vagas reservadas para alunos negros fossem realmente ocupadas e não sofressem um processo de exclusão, até mesmo, dentro de uma política afirmativa que se diz inclusiva.

Essas são questões fundamentais que até eram mencionadas tangencialmente, mas faltavam elementos para que se desenvolvesse um debate propositivo e, diríamos, até mesmo mais corajoso diante desses problemas. Como aponta Quijano (2005), a cultura de nossas instituições ainda é socialmente hierarquizada, enraizada em valores eurocêntricos, dos quais se destacam o ser homem branco e cristão. O legado do colonialismo não foi somente das injustiças e das desigualdades, mas também de uma epistemologia européia que nos dificulta entender as relações a partir do mundo em que vivemos.

Algumas questões vêm a partir desse cenário; uma delas é como adequar o processo de vestibular, que é seletivo, com a nova realidade que as ações afirmativas propõem para universidade. Outra demanda necessária de ser pensada pela UFRGS é a de como criar espaços contínuos de diálogo inter-étnico, de acolhimento e de visibilidade da política afirmativa e, por conseguinte, dos sujeitos sociais que, por direito conquistado, estão ingressando na universidade através da política de ações afirmativas.

A luta interna e externa à universidade é feita coletivamente e no cotidiano, é feita na experiência dos sujeitos, como defende Thompson nas obras consultadas e que escolhemos como suporte de nossa sustentação teórica. Apoiamo-nos nesse conceito pelo fato de ser flexível aos processos históricos e às conjunturas colocadas. As demandas pontuais, a organização para que se garantam conquistas através dos detalhes administrativos, o processo da construção argumentativa da defesa e divulgação da política são práticas que se dão na e advém da experiência que, ao fim e ao cabo, vão sedimentando os elementos à formulação de uma consciência de direitos à unidade na diferença.

Também trabalhamos com o conceito de *biopoder* (FOUCAULT, 2000) para obtermos uma visão de totalidade, isto é, um olhar que transcenda o universo da pesquisa, da universidade. Os processos que estão no STF contra as cotas nas universidades ilustram essa dimensão. O poder hegemônico conservador, representado pelo Partido “Democratas”, tenta manter o *status quo* do ensino superior brasileiro através de processos de inconstitucionalidade da política de cotas, exercendo, assim, o

*biopoder*. É o uso do poder econômico e político da elite para dar cabo de manter a vida do povo negro distante dos espaços de conhecimento e de formação.

A vida nua de direitos (AGAMBEN, 2002), quando conquista demandas, apesar de pontuais, ainda assim sofre tentativa de expropriação do direito adquirido. Isso ocorre, com muita frequência, com as conquistas das comunidades quilombolas que provocam a ira de latifundiários e esses se apóiam no *Poder Legislativo* para, através da bancada ruralista, garantir seus privilégios.

Por fim, a construção de uma política que toca em uma ferida brasileira tão dolorosa como o racismo, carrega consigo a possibilidade de debatermos o porquê do racismo e o sentido do mesmo em nossos dias. A população negra, em sua maioria, tem uma relação de tensão e distância com o Estado, apesar de existirem avanços no campo jurídico. Tornar realidade e consolidar as conquistas que o movimento negro obteve, como o reconhecimento constitucional das comunidades quilombolas, a obrigatoriedade do ensino da cultura africana, as cotas nas universidades e em concursos é o desafio contemporâneo. Esse desafio é de todos os militantes sociais, intelectuais, pesquisadores, políticos engajados no compromisso com uma sociedade diferente da que está posta.

## 7. Referências bibliográficas

ADÃO, Jorge Manoel. *Políticas públicas de ações afirmativas, educação e àbá (pensamento) negro brasileiro diaspórico*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS. 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro – A construção de subjetividades em afro-brasileiros*. Brasília: LGE Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

BRANDÃO, André Augusto (org). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: Coleção políticas de cor, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 4ª ed.

CARLOS, Maria Adélia Pinhal de, Maria Cristina Pastro Meira e Roberto Macedo (organizadores). *Vestibular da UFRGS 2008: provas comentadas; processo de avaliação/ COPERSE/UFRGS*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vestibular da UFRGS 2009: provas comentadas; processo de avaliação/ COPERSE/UFRGS*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

CARVALHO, José Jorge. *Cotas: uma nova consciência acadêmica*. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 17/09/2009.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1. São Paulo. Editora Ática. 1978.

\_\_\_\_\_. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'*. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANZ, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Joaquim Barbosa. *O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas*, in Antonio Sergio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs): *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LÓPEZ, Laura Cecília. *Que América Latina se sincere: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone-Sul*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS em 2009.

OLIVEIRA, Vera Rosane Rodrigues de. *Políticas públicas e ações afirmativas na formação de professores : cotas uma questão de classe e raça : processo de implementação da Lei 73/1999 na UFRGS*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS em 2006.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, in Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.): *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANGER, Dircenara dos Santos. *Para além do ingresso na universidade: radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS em 2003.

SANTOS, Hélio. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Brasília: UNB. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

STEDILE, João Pedro. *A origem do latifúndio do Brasil*. In: Revista PUCVIVA. Nº 08. 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona. Editora Critica Grijalbo, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

## 7. Anexo.

Abaixo segue a resolução que implanta as ações afirmativas na UFRGS.

DECISÃO Nº 134/2007

CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em sessão de 29/06/2007, de acordo com a proposta da Comissão Especial designada pelas Portarias nº 3222, de 3/11/2006, e 3480, de 17/11/2006, e as emendas aprovadas em plenário,

D E C I D E

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas.

Art. 2º - Este Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas tem por objetivos:

I – ampliar o acesso em todos os cursos de graduação e cursos técnicos oferecidos pela UFRGS para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e para candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, mediante habilitação no Concurso Vestibular e nos processos seletivos dos cursos técnicos;

II – promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário;

III – apoiar estudantes, docentes e técnico-administrativos para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais;

IV – desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos alunos referidos no Art. 1º mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico.

Art. 3º - A modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas é constituída pelo conjunto de critérios e de procedimentos estabelecidos nesta Decisão e que serão integrados àqueles já adotados pela UFRGS, no Concurso Vestibular, para preenchimento de vagas dos cursos de graduação e nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Art. 4º - A reserva de vagas ficará em vigor por um período de cinco anos, sendo avaliada anualmente, e poderá ser prorrogada, a partir da avaliação conclusiva que será realizada no ano de 2012.

Art. 5º - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS serão garantidas, no mínimo, 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio.

§1º - Entende-se por egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio o candidato que cursou com aprovação em escola pública pelo menos a metade do Ensino Fundamental e a totalidade do Ensino Médio.

§2º - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos egressos do ensino público, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular. No momento da matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar à Comissão de Graduação - COMGRAD do Curso em que foi aprovado, certificado de conclusão e histórico escolar de todo o Ensino Fundamental e Médio, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas neste Artigo.

Art. 6º - Do total das vagas oferecidas aos candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido no caput do Art. 5º, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros, sem prejuízo ao disposto no §3º do Art. 10 .

Parágrafo único - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, previstas no caput deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal , deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular e registrar a autodeclaração étnico-racial no espaço previsto para tal no formulário. Caso aprovado, no momento da matrícula, o candidato deverá, além de apresentar os documentos exigidos no §2º do Art. 5º, assinar junto à COMGRAD a autodeclaração étnico-racial feita por ocasião da inscrição no Concurso Vestibular.

Art. 7º - Serão respeitadas as mesmas proporções designadas nos Artigos 5º e 6º para as vagas oferecidas nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Parágrafo único – Os procedimentos serão objeto de regulamentação específica.

Art. 8º - O candidato que prestar informações falsas relativas às exigências da presente Decisão estará sujeito, além da penalização pelos crimes previstos em lei, à desclassificação do Concurso Vestibular ou dos processos seletivos dos cursos técnicos e ter, em consequência, sua matrícula recusada no curso, o que poderá acontecer a qualquer tempo.

Art. 9º - Todos os candidatos habilitados no Concurso Vestibular para os cursos de graduação serão ordenados em uma classificação geral por curso , conforme pontuação obtida, independentemente de sua habilitação quanto ao disposto no Art. 1º desta Decisão.

Art. 10 - Os candidatos habilitados no Concurso Vestibular, egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, que não forem classificados nas vagas universais, serão ordenados seqüencialmente em cada curso.

§1º - Da relação assim obtida, serão classificados os candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio até perfazerem o percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) estabelecido no caput do Art. 6º.

§2º - O percentual de vagas restante será destinado aos candidatos que se autodeclararem negros.

§3º - No caso de não haver candidatos em condições de preencher as vagas garantidas a negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, estas serão preenchidas por candidatos não negros oriundos de escolas públicas. Se ainda restarem vagas, as mesmas voltarão ao sistema universal por curso.

Art. 11 - Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e o Conselho Universitário - CONSUN, que terá como atribuição propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Parágrafo único - A COMGRAD de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ações Afirmativas, propondo medidas à Comissão de Acompanhamento.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados. A partir do ano de 2009, este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico.

§2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2007.

JOSÉ CARLOS FERRAZ HENNEMANN

Reitor